

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ – UNIFAP
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CELIANE BRASIL ROCHA

**OS OBSTÁCULOS PARA A PRÁTICA PLENA DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA
DE ESTADO PELO GOVERNO BRASILEIRO, ATRAVÉS DA AGÊNCIA
BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA – ABIN**

Macapá – AP

2018

CELIANE BRASIL ROCHA

**OS OBSTÁCULOS PARA A PRÁTICA PLENA DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA
DE ESTADO PELO GOVERNO BRASILEIRO, ATRAVÉS DA AGÊNCIA
BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA - ABIN**

Monografia apresentada à Universidade
Federal do Amapá como requisito parcial
para a obtenção do título de bacharel em
Relações Internacionais.

Orientador: Professor. Esp. Tiago Luedy Silva

Macapá – AP

2018

CELIANE BRASIL ROCHA

OS OBSTÁCULOS PARA A PRÁTICA PLENA DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA DE ESTADO PELO GOVERNO BRASILEIRO, ATRAVÉS DA AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA – ABIN

Monografia apresentada à Universidade Federal do Amapá como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Macapá, ____ de _____ de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Professor

Professor

Professor

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo apresentar os obstáculos para a prática da atividade de inteligência de Estado realizada pela Agência Brasileira de Inteligência, através da apresentação da atividade de inteligência, sua conceituação, caracterização e classificação, bem como pela explanação sobre a história das relações internacionais, conceitos mais importantes e principais teorias, entre as quais é destacado o neorrealismo, que é utilizado para demonstrar a importância da atividade de inteligência como tema de Relações Internacionais. Posteriormente, a evolução histórica da atividade de inteligência no Brasil é analisada com o intuito de aprofundar a compreensão da construção da inteligência de Estado no Brasil e o contexto histórico do panorama atual, para finalmente explicar sobre a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, órgão responsável na atualidade pela atividade de inteligência de Estado no Brasil, sua criação, organização, função e finalmente os obstáculos por ela enfrentados no desempenho de sua função, sejam eles estruturais, sociais, culturais, políticos ou financeiros.

ABSTRACT

This monograph aims to present the obstacles to the practice of state intelligence activity carried out by the Brazilian Intelligence Agency through the presentation of intelligence activity, its conceptualization, characterization and classification, as well as the explanation of the history of international relations, most important concepts and main theories, among which is highlighted neorealism, which is used to demonstrate the importance of intelligence activity as a topic of International Relations. Later, the historical evolution of the intelligence activity in Brazil is analyzed in order to deepen the understanding of the construction of State intelligence in Brazil and the historical context of the current panorama, to finally explain about the Brazilian Intelligence Agency - ABIN, organization that at the present time is responsible for the activity of State intelligence in Brazil, its creation, organization, function and finally the obstacles that it faces in the performance of its function, be they structural, social, cultural, political or financial.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	04
2. DESENVOLVIMENTO	09
2.1. Capítulo I – Atividade de Inteligência e Relações Internacionais	09
2.2. Capítulo II – História da Atividade das Relações Internacionais no Brasil	25
2.3. Capítulo III – Agência Brasileira de Inteligência	42
3. CONCLUSÃO	
4. REFERÊNCIAS	

INTRODUÇÃO

Esta monografia tem como objetivo analisar de que forma a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN tem sido prejudicada por desafios estruturais, legais e sociais no exercício da atividade de inteligência de Estado do governo brasileiro. A estrutura legal e administrativa do Estado brasileiro, bem como a evolução histórica e cultural do seu povo desprezam, de certa forma, a atividade de inteligência.

Isso impede que a Agência Brasileira de Inteligência aja de forma plena no exercício de suas funções, tais como a coleta e análise de informações sobre segurança interna e externa, desenvolvimento econômico e relações exteriores. Estes obstáculos, em última instância, e além de outros de natureza estrutural, atrapalham o aprofundamento da inserção geopolítica do Brasil no contexto internacional.

Inteligência, ou espionagem, como é convencionalmente chamada, é uma atividade que consiste na obtenção de informações, análise e produção de conhecimentos, além da proteção de dados sigilosos. Se divide entre inteligência e contra inteligência e tem como foco áreas sensíveis tanto no âmbito interno quanto externo de um país.

A atividade de inteligência tem, historicamente, se mostrado fundamental para os Estados, auxiliando-os no alcance de seus objetivos, sejam eles de expansão de poder ou manutenção de segurança nacional, e funciona como um alicerce para as decisões de governantes, embasando suas disposições de acordo com as diversas movimentações sociais e políticas internas e externas aos quais estão sujeitos os países.

Ao longo da história, a obtenção de inteligência limitava-se ao ambiente militar e de guerra, e a qualidade das informações coletadas influenciava diretamente nas vitórias e derrotas. Então, no início do século XX a inteligência passou a fazer parte da estrutura governamental de diversos países, que regularizaram e profissionalizaram a prática.

Com o advento da globalização surgiram transformações negativas e novos desafios de segurança, como o crime organizado transnacional: terrorismo, tráfico de drogas, de armas, pessoas, pirataria, biopirataria e lavagem de dinheiro. Apesar de existir há séculos, apenas no fim da guerra fria o crime transnacional começou a ser considerado um novo fenômeno no sistema internacional. É, inclusive, caracterizado

como um fenômeno assimétrico, com poder político e econômico e como uma ameaça à estabilidade social e aos direitos humanos.

Essas mudanças de paradigma no sistema internacional configuram-se como uma provocação para o Estados, que além de lidar com desafios externos e internos, como a tentativa de manutenção da soberania, da segurança nacional e da estabilidade das instituições sociais internas, acaba tendo que lidar com novos elementos, sobre os quais pouco se sabe, e que são extremamente danosos a sociedade.

No Brasil, a atividade da inteligência foi institucionalizada em 1927, pelo presidente Washington Luís. Desde então, moldou e ao mesmo tempo foi moldada pelo aparato burocrático brasileiro, alcançando seu ápice durante o regime militar, no qual a atividade era um dos aspectos principais do governo do período. Após o fim do regime militar, a atividade de inteligência no Brasil caiu em declínio, sendo a criação da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN uma tentativa de retomar a qualidade da atividade de inteligência produzida no Brasil e ao mesmo tempo respeitando a ordem democrática e os direitos individuais.

O Brasil é um país que, independente de crises e declínios de ordem interna, permanece com pretensões de tornar-se uma potência relevante no sistema internacional. E suas pretensões não são em vão. O país mostrou, em diferentes ocasiões, que consegue exercer a liderança regional e é capaz de conduzir uma política externa interessante.

Também é inegável que o país já está consolidado como potência econômica, principalmente devido a sua numerosa população, pela abundância de riquezas naturais e pela robustez do mercado interno. Esses fatores, somados à localização estratégica em que o país se encontra e seus indiscutíveis atributos democráticos, civilizatórios e diversidade étnica, destacam-se nos processos formadores da globalização e da interdependência global.

Do mesmo modo, por ser uma nação com histórico de conflitos políticos, e devido a cobiça internacional pelos recursos naturais brasileiros, notadamente amazônicos, o Brasil deve ser motivo de preocupação constante por parte dos formuladores de políticas públicas, pois torna-se vulnerável principalmente à espionagem de outros países. Além do mais, faz parte da cadeia internacional de produção e distribuição de drogas, armas e tráfico humano.

Daí surge a necessidade do aprimoramento da atividade de inteligência institucional, com o fortalecimento desta prática capaz de prevenir ameaças ao Estado democrático, porquanto na atual conjuntura interna e externa, o poder, e conseqüentemente as possibilidades de segurança, reside naquele que tem a informação.

Para que a atividade de inteligência seja praticada no Brasil de forma plena, é necessário que o Estado brasileiro e a sociedade superem certos obstáculos que impedem que a ABIN de atuar de forma eficaz no cumprimento de suas funções.

O protagonismo da atividade de inteligência para a segurança nacional e estabilidade das instituições sociais e políticas configura a justificativa fundamental para esta pesquisa, principalmente quando o Estado brasileiro encontra-se numa situação como a atual, de crise política, crise econômica e vulnerabilidade internacional, na qual a posse de informações é fundamental.

Além disso, a temática de segurança é ainda pouco debatida na academia brasileira, mal vista por certos setores da sociedade após o fim do governo militar e desprezada pela maioria dos políticos, e precisa ser estudada e discutida, de forma a demonstrar a sua importância à sociedade, que será capaz de cobrar as mudanças necessárias aos governantes e legisladores.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso será dividido em introdução, desenvolvimento, que contará com 3 capítulos, conclusão e anexos. O primeiro capítulo fará um apanhado teórico, versando sobre a atividade de inteligência e como esse assunto se assenta como tema de relações internacionais. O segundo capítulo versará sobre a evolução histórica da atividade de inteligência no Brasil. O terceiro capítulo demonstrará os limites enfrentados pela ABIN no exercício desta atividade.

O embasamento teórico será feito por meio da teoria neorrealista de relações internacionais, partindo da premissa de que as políticas de defesa nacional, nas quais a atividade de inteligência se inserem, são necessárias e justificáveis, pois são um instrumento de auxílio ao Estado no seu projeto de manutenção de poder e sobrevivência no sistema internacional.

CAPÍTULO I – ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Este primeiro capítulo tem como objetivo apresentar a atividade de inteligência de Estado, conceituando-a e elucidando de que forma ela se insere como tema das relações internacionais a partir da temática de segurança, por meio da teoria neorrealista, além de compreender sua pertinência e importância no Sistema Internacional.

A atividade de inteligência é a formalização contemporânea de uma das práticas mais difundidas e profundamente enraizadas do comportamento humano ao longo da evolução civilizatória: a espionagem, que consiste na coleta não autorizada de informações sigilosas sobre um grupo ou indivíduo com a finalidade de obter vantagens estratégicas, sejam elas militares, políticas, econômicas, etc.

Esta prática tem sido amplamente utilizada como instrumento de obtenção de vantagens estratégicas para Estados ou formas mais incipientes de organização social ao longo da história. Mais detalhes sobre a evolução histórica desta atividade serão ilustrados no segundo capítulo desta monografia.

Para fins deste capítulo, é importante somente frisar a importância que a atividade de inteligência ainda conserva perante Estados e outras organizações sociais contemporâneas, tendo em vista o seu papel auxiliador na manutenção e expansão do poder, bem como na sustentação da segurança nacional, dispondo-se como um instrumento ao processo decisório governamental, à medida que embasa as decisões com informações sobre o cenário interno e externo dos Estados.

Em razão da abrangência do tópico, não existe consenso acadêmico sobre o conceito de inteligência. Portanto, é necessário destacar alguns dos conceitos mais relevantes para análise. Primeiro, o conceito da *Encyclopedia of Espionage, Intelligence, and Security*, que a define como:

[..] information concerning a foreign entity, usually (although not always) an adversary, as well as agencies concerned with collection of such information. It is intimately tied with the intelligence cycle, a process whereby raw information is acquired, converted into intelligence, and disseminated to the appropriate consumers.

A partir deste conceito é possível concluir que inteligência significa tanto as informações referentes a entidades estrangeiras obtidas por um Estado, quanto as agências de coletas de tais informações. Também se destaca a ideia do ciclo de inteligência, processo pelo qual a informação “crua” é processada e transformada em inteligência de fato, para posterior e apropriada disseminação.

Nesse sentido, esse conceito assemelha-se ao de Sherman Kent (1949), o qual aponta para a triplicidade da inteligência: i) como os processos e meios de obtenção e processamento de informações sigilosas, geralmente através de métodos próprios; ii) como as organizações e instituições responsáveis pela obtenção e processamento dessas informações; iii) como a informação em si, obtida pela instituição e processada conforme o ciclo de inteligência para utilização final como instrumento auxiliador do processo decisório.

A Agência Brasileira de Inteligência – ABIN apresenta um conceito distinto, o qual elucida a inteligência enquanto atividade:

A atividade de Inteligência é o exercício de ações especializadas para obtenção e análise de dados, produção de conhecimentos e proteção de conhecimentos para o país. Inteligência e Contraineligência são os dois ramos da atividade. A atividade de Inteligência é fundamental e indispensável à segurança dos Estados, da sociedade e das instituições nacionais. Sua atuação assegura ao poder decisório o conhecimento antecipado e confiável de assuntos relacionados aos interesses nacionais.

É possível elencar alguns pontos-chaves a partir deste conceito. Primeiro, a obtenção e análise de informações e produção de conhecimentos com o intuito de auxiliar no processo decisório governamental; o seu caráter como instrumento de defesa nacional; e a divisão da atividade em dois ramos, quais sejam inteligência e contraineligência.

Já o decreto nº 8.793/2016, o qual fixa a PNI - Política Nacional de Inteligência, conceitua a Atividade de Inteligência como o exercício permanente de ações especializadas, voltadas para a produção e difusão de conhecimentos, com vistas ao assessoramento das autoridades governamentais nos respectivos níveis e áreas de atribuição, para o planejamento, a execução, o acompanhamento e a avaliação das políticas de Estado.

O legislador também divide a atividade de inteligência em dois ramos, inteligência e contrainteligência:

- I – Inteligência: atividade que objetiva produzir e difundir conhecimentos às autoridades competentes, relativos a fatos e situações que ocorram dentro e fora do território nacional, de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório, a ação governamental e a salvaguarda da sociedade e do Estado;
- II – Contrainteligência: atividade que objetiva prevenir, detectar, obstruir e neutralizar a Inteligência adversa e as ações que constituam ameaça à salvaguarda de dados, conhecimentos, pessoas, áreas e instalações de interesse da sociedade e do Estado.

Este conceito destaca o caráter permanente da atividade de inteligência e amplia o leque de funções das informações e conhecimentos coletados no exercício da atividade para auxiliares na avaliação de políticas públicas.

Finalmente, podemos concluir que a atividade de inteligência consiste na obtenção, processamento e produção de conhecimentos referente a temas de interesse nacional, sigilosos em algum grau, com o intuito de auxiliar o processo decisório governamental. Divide-se em inteligência e contrainteligência e em diversas subcategorias como militar, policial, fiscal, financeira, competitiva, estratégica e de Estado.

A inteligência militar ou de defesa refere-se à inteligência voltada para auxiliar o processo decisório do alto escalão das forças armadas do país e tem como interesse principal informações voltadas à defesa e segurança nacionais. Esta inteligência pode ser tática ou estratégica. Sua importância é reconhecida historicamente como a origem das outras inteligências e é necessária tanto durante a guerra como em tempos de paz.

A inteligência policial, também conhecida como inteligência de segurança pública, tem caráter tático e fica a cargo das polícias estaduais e federais. Tem como objetivo assistir a investigação criminal e auxiliar na prevenção de ações criminosas e no combate ao crime organizado através do planejamento estratégico. Vale frisar que a inteligência policial se diferencia de polícia política, pois está voltada para a identificação e neutralização de delitos penais.

A inteligência financeira, por sua vez, refere-se ao combate ao crime organizado transnacional e à lavagem de dinheiro e é realizado no Brasil pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, que é a unidade de

inteligência financeira brasileira, a qual opera em cooperação entre diversos países e instituições financeiras e fiscais.

A inteligência fiscal, que é muitas vezes confundida com inteligência financeira, é realizada pelo setor de inteligência fiscal da Secretaria da Receita Federal do Brasil e tem como objetivo investigar crimes contra a ordem fiscal ou o sistema de tributos nacional, como a sonegação fiscal.

A inteligência competitiva, mais conhecida como espionagem industrial, difere-se das outras áreas da inteligência por ser utilizada por empresas e outras organizações privadas e não pelo Estado, tendo em vista que seu objetivo é obter segredos industriais, utilizando sabotagem e outros métodos escusos para alcançar esse fim.

A inteligência estratégica refere-se a produção de conhecimentos referentes aos interesses estratégicos do país, a longo prazo, envolvendo o bem estar e a proteção da sociedade e da manutenção do poder do Estado frente as diversas conjunturas internacionais e tem como objetivo auxiliar no planejamento estratégico governamental.

Por fim temos a inteligência de Estado, que se refere à segurança do Estado de forma abrangente e tem como objetivo auxiliar o processo decisório da mais alta esfera do governo (presidencial) tanto no que se refere a ameaças externas quanto domésticas. A inteligência de Estado engloba muitas vezes a inteligência estratégica e se divide em inteligência externa e interna.

A inteligência de Estado externa é voltada à defesa nacional e identificação de ameaças externas como de grupos terroristas e Estados estrangeiros. A inteligência de Estado interna, por sua vez, tem como função a defesa das instituições democráticas e da sociedade contra ameaças domésticas, como subversão, instabilidade e violência politicamente motivada. Da inteligência interna também fazem parte a contrainteligência e a segurança institucional.

A inteligência de que trata esta monografia é a inteligência de Estado, a qual visa à manutenção da segurança nacional e à preservação do poder do Estado, através da integralização das inteligências acima mencionadas, sobre aspectos domésticos e internacionais e tendo como objetivo principal auxiliar o processo decisório presidencial brasileiro.

A inteligência pode ser classificada de acordo com algumas características como área de abrangência, validade no tempo, finalidade ou alcance da ação,

expressão do poder ou quanto à natureza, conforme entendimento doutrinário contido nos Manuais da Escola Superior de Guerra.

Quanto à área de abrangência, a inteligência pode ser classificada de três formas: global, quando envolve todos os diferentes aspectos que podem compor uma conjuntura, desde economia até tecnologia, e abrange um país inteiro ou um conjunto de países; regional, quando também abrange vários aspectos, mas é limitada a uma região do país; e setorial, quando envolve apenas um aspecto, uma inteligência específica como militar, fiscal, etc.

Quanto à validade no tempo, a inteligência pode também dividir-se em três formas: básica, que significa que os dados e informações são retirados de fontes concretizadas como livros, manuais, estudos e ajudam a ilustrar uma representação geral do objeto de estudo; corrente significa que inteligência atual e dinâmica, como notícias; e estimativa refere-se às projeções que podem ser realizadas com base na análise dos dados estudados.

Quanto à finalidade ou alcance da ação, a inteligência pode se dividir entre estratégica e operacional. A inteligência estratégica é fundamental para o planejamento de ações referentes a sobrevivência e manutenção do poder do Estado no sistema internacional; já a inteligência operacional tem como função auxiliar ações específicas e imediatas, como operações policiais.

Tendo em vista a complexidade de expressões que caracterizam o poder nacional, a inteligência pode ser classificada de quatro formas: política, econômica, psicossocial ou militar. Existem ainda outras informações técnico-científicas, fisiográficas, biográficas e históricas que não fazem parte da classificação, mas podem ser úteis a qualquer das outras expressões.

Por fim, a atividade pode ser classificada de duas formas quanto à natureza: externa e interna. A inteligência externa refere-se à produção de conhecimentos relativos a capacidades e vulnerabilidades de outros países e organizações externas ao país; já a inteligência interna refere-se à produção de conhecimentos relativos às capacidades e vulnerabilidades de ameaças e conjunturas domésticas.

A atividade de inteligência distribui-se em elementos ou missões de inteligência, chamadas de funções, quais sejam: reunião, análise, contrainteligência e ações encobertas. A doutrina brasileira, no entanto, caracteriza reunião e análise como uma mesma função, a qual designa como inteligência.

A reunião é a função relativa à obtenção de dados e informações em estado bruto através de técnicas operacionais e sua posterior remessa para a unidade responsável pelo seu processamento. É a base da atividade de inteligência. Vale frisar que a obtenção ocorre de duas formas: coleta e busca, sendo a coleta referente à obtenção de dados de fontes abertas e busca à obtenção de dados de fontes negadas (sigilosas).

A análise, por sua vez, consiste na apreciação da informação coletada em estado bruto e conseqüente confecção de documentos ou relatórios sobre a temática pesquisada, contendo os dados obtidos e outros para referência, tendo em vista oferecer a melhor qualidade de subsídios possível para o processo decisório, sempre levando em conta o nível hierárquico governamental do receptor final da inteligência.

A contrainteligência, por sua vez, é a função responsável pela neutralização de inteligência adversária e salvaguarda dos conhecimentos produzidos através de procedimentos de segurança. Seu objetivo é proteger o Estado, a sociedade e as informações sigilosas que produz. A contrainteligência faz parte de todas as áreas da inteligência e de todas as organizações públicas ou privadas que lidam com informações sigilosas.

A função chamada de ações encobertas pela doutrina norte americana é conhecida pela doutrina brasileira como operações. Ela é responsável pelo conjunto de técnicas voltadas à obtenção de dados negados (sigilosos) que são realizadas pelos serviços de inteligência. Essa função não pode ser confundida com as ações encobertas realizadas por alguns serviços de inteligência, bastante difundidas durante a guerra fria, que tinham como objetivo interferir de alguma forma na conjuntura política, econômica ou social de outro país.

A atividade de inteligência é composta por processos pelos quais a informação é reunida, convertida em inteligência e distribuída aos receptores finais. Esses processos são chamados de ciclo de inteligência e são divididos pela doutrina brasileira como orientação, produção e difusão.

A orientação se caracteriza pela demanda do usuário pela inteligência. No Brasil, fica a cargo da Política Nacional de Inteligência a definição das áreas prioritárias. A produção, por sua vez, é relativa à obtenção de dados, processamento e confecção do produto final de inteligência. O processo finaliza com o encaminhamento do produto final ao receptor da inteligência.

A atividade de inteligência lança mão de diferentes métodos de obtenção de dados e informações, caracterizados por diferentes fontes. Essas fontes podem ser classificadas quanto a sua confidencialidade, como abertas ou classificadas (sigilosas), ou como humanas ou técnico-científicas.

Quanto a sua confidencialidade, as fontes abertas são informações amplamente disponíveis como relatórios, estudos acadêmicos ou profissionais e notícias. A partir da análise de dados obtidos através de fontes abertas é possível identificar quais informações classificadas serão necessárias e onde e de que forma estas poderão ser obtidas.

As fontes humanas são as mais tradicionais e reconhecidas popularmente, pois as histórias de espiões povoam o imaginário popular. Na verdade, pode ser realizada por qualquer pessoa que tenha acesso aos dados sigilosos, não sendo necessário que tenha vínculo com os órgãos de inteligência ou que saibam que estão fornecendo as informações ou dados. Podem ser voluntários ou recrutados.

As fontes técnico-científicas, por sua vez, são técnicas para obtenção de dados e informações que fazem uso de meios tecnológicos. Podem ser divididas em inteligência de sinais, que fazem interceptação de ondas eletromagnéticas; e inteligência de imagem/fotográfica, que faz uso de interpretação de imagens como reconhecimento aéreo, satélites e infravermelho.

A atividade de inteligência é regida por uma série de princípios que visam orientar a atuação dos órgãos de inteligência. Os mais importantes são objetividade, referente a finalidade específica da inteligência; oportunidade, relativo à correta utilização da inteligência no tempo certo; segurança, referente ao sigilo da inteligência produzida e imparcialidade, no que tange à isenção na produção do conhecimento, que deverá ser confeccionado com imparcialidade.

Após conceituar a atividade de inteligência e conhecer alguns de seus aspectos fundamentais, é necessário analisar de que forma essa atividade se insere como tema das relações internacionais e qual sua importância no Sistema Internacional e na sociedade contemporânea. Para tanto, abordarei a atividade de inteligência através da teoria neorrealista de relações internacionais. Antes do aprofundamento neste tema, contudo, será necessário entender as Relações Internacionais como campo de estudo e suas teorias.

As Relações Internacionais são um campo de estudo científico do ramo das ciências sociais, que surgiram ao fim da 1ª Guerra Mundial e como produto do estado de consternação mundial em relação aos resultados desastrosos dos conflitos armados. Há consenso entre os teóricos que sua criação se deu no ano de 1919, como uma disciplina de Política Internacional na *University of Wales* – Escócia, com o objetivo de explicar as causas das guerras e como evitá-las.

Ao longo do século XX, com o aumento do impacto internacional dos diversos conflitos como 2ª Guerra Mundial, Guerra Fria, Guerra do Vietnã, etc., a necessidade de análise do cenário internacional cresceu sobremaneira, de forma a ensejar uma evolução da disciplina ao ponto de tornar-se um campo de estudo científico independente.

As Relações Internacionais, no entanto, no decorrer de sua evolução, passaram a abarcar outros temas além de guerra: globalização, economia, direitos humanos, meio ambiente, tecnologia, religião, cooperação, desenvolvimento, além de temas no espectro da criminalidade transnacional, como terrorismo e tráfico de drogas, que passaram a fazer parte dos assuntos analisados a partir da perspectiva internacionalista.

A profundidade dos temas estudados legou às Relações Internacionais um caráter multidisciplinar, que atualmente lhe é característico, utilizando-se de elementos de campos de estudos tão diversos como são economia, ciência política, direito, história, geografia, antropologia, inclusive disciplinas de ciências exatas como estatística e teoria dos jogos, através das quais se torna possível conceber análises mais complexas e precisas.

Ao longo de sua evolução, no entanto, se tornou imperativa a concepção de um corpo de leis e teorias, tratados gerais sobre o objeto de estudo – nesse caso, as relações mantidas entre os atores internacionais no sistema internacional -, capazes de explicar aspectos da realidade, utilizando-se para isso de métodos científicos reconhecidos, requisito fundamental para o estabelecimento e reconhecimento científico das Relações Internacionais.

A função precípua das teorias é promover uma explicação da realidade. Segundo Viotti e Kauppi (2012):

[...] a theory is an intellectual construct composed of a set of interrelated propositions that help one to identify or select facts and interpret them, thus

facilitating explanation and prediction concerning the regularities and recurrences or repetitions of observed phenomena.

Trazendo o conceito à luz das Relações Internacionais, é possível inferir que as teorias de relações internacionais são construções intelectuais compostas de uma série de proposições sobre as interações dos atores internacionais no sistema internacional, que têm como finalidade a interpretação de fatos, de modo a permitir a explicação da realidade deste universo específico, tendo como objetivo final a realização de previsões quanto ao futuro das referidas interações e os diversos impactos resultantes destas.

Segundo Nogueira (2005),

As teorias das Relações Internacionais têm a finalidade de formular métodos e conceitos que permitam compreender a natureza e o funcionamento do sistema internacional, bem como explicar os fenômenos mais importantes que moldam a política mundial.

A análise das Relações Internacionais parte do princípio de que existe um Sistema Internacional, um espaço abstrato no qual diversos entes interagem entre si, causando implicações políticas, sociais, econômicas, etc., em escala global. Ainda segundo NOGUEIRA (2005):

Precisamos de um corpo particular de teorias para entender um universo específico da atividade humana cuja característica é desenvolver-se para além das fronteiras nacionais, no espaço pouco conhecido em que as ações, interações, conflitos e negociações têm lugar nas margens da jurisdição dos Estados: o espaço internacional.

É interessante destacar que, segundo Viotti e Kauppi, “Theory is necessary and unavoidable when it comes to explaining and attempting to foresee or predict future outcomes”. De fato, as teorias de relações internacionais têm um papel que vai além de mera explicação da realidade: são fundamentais na previsão de eventos na esfera internacional e à consecução da finalidade das relações internacionais enquanto disciplina, que desde seu surgimento tenta compreender e evitar os conflitos armados.

Não existe consenso entre os teóricos de Relações Internacionais sobre quais aspectos definem esse campo de estudo. Por isso, existe uma abundância de teorias e paradigmas dedicados à observação e explicação da interação dos atores no sistema internacional.

Existem três paradigmas principais dentro do estudo acadêmico das relações internacionais, quais sejam: realismo, globalismo e pluralismo. Segundo SARFATI

(2005), paradigmas são “grandes agrupamentos de teorias e teóricos com certas características em comum”, imagens que servem como modelos de interpretação da realidade.

O paradigma realista consiste no agrupado de teorias que acreditam na ideia de que o Estado é o ator principal das Relações Internacionais, e que tem caráter unitário e racional. Também estabelece que a segurança nacional e a sobrevivência do Estado no Sistema Internacional são temas principais, enquanto outros temas como economia, meio ambiente e cooperação caracterizam-se como secundários.

O paradigma pluralista, por sua vez, é composto de teorias que destacam a relevância de outros atores não estatais, como Organizações Não Governamentais – ONG's, organizações transnacionais e sociedade internacional no sistema internacional, de forma a refutar a ideia de que o Estado é o ator principal, unitário e racional. Além disso, postula que as Relações Internacionais caracterizam-se por uma diversidade de temas, que vão além de questões de defesa nacional e segurança.

Finalmente, o paradigma globalista reúne as teorias que estabelecem o contexto do sistema internacional como fator condicionante à ação dos Estados e outros atores, o qual vem sendo construído ao longo da história com base em sistemas de dominação econômicos. As teorias deste paradigma creem que a economia é o tema mais importante das Relações Internacionais e os outros temas, como segurança, meio ambiente e cooperação derivam dela ou se pautam a partir dela.

Para fins desta monografia, o paradigma de análise realista, especificamente a teoria neorrealista, demonstram ser os mais adequados na análise da pertinência da atividade de inteligência enquanto tema de relações internacionais. Para tanto, serão elencadas algumas das características fundamentais, conceitos e contextos históricos referentes ao realismo.

REALISMO

O surgimento das relações internacionais, que se deu após o fim da 1ª guerra mundial, pendenciou o debate nas relações internacionais a um idealismo liberal, baseado em cooperação, liberdades individuais e no poder do direito e organizações internacionais na regulação das relações entre os países. A criação da Liga das Nações, no entanto, foi um fracasso. O idealismo não foi capaz de impedir a 2ª Guerra Mundial ou mesmo de prevê-la.

Neste contexto de reação ao ponto de vista idealista, surge o realismo político, a primeira vertente do paradigma realista, encabeçada por autores como E. H. Carr e

Hans Morgenthau, que buscaram centralizar o debate das relações internacionais nas ideias de segurança, poder e sobrevivência dos Estados no Sistema Internacional, através do resgate de pensamentos de autores clássicos como Tucídides, Hobbes e Maquiavel.

Para o realismo, os conflitos de interesses estatais que sucederam a 1ª Guerra Mundial e que fizeram eclodir a 2ª não deixaram dúvidas de que havia uma discrepância gigantesca entre a profundidade dos problemas enfrentados pelos Estados e a solução proposta pelos liberais idealistas, as quais muitas vezes tinham origem em ideais limitados historicamente, tendo em vista a complexidade e multiplicidade de questões que surgiram no decorrer do século XX.

O incômodo que a teoria idealista causava nos autores realistas era justamente em decorrência da análise que eles propunham das relações internacionais: o idealismo era amplamente baseado em uma visão quimérica do que deveria ser o sistema internacional, ao invés de um estudo sobre os elementos que de fato o compunham.

Dessa forma foi construído o realismo: como um contraponto ao idealismo, caracterizado principalmente pelo pragmatismo e racionalidade, amplamente baseado na ideia de que o sistema internacional de países é como um espelho das relações entre os indivíduos. Eventualmente, a originalidade e precisão desta teoria a legou o posto de mais tradicional e difundida dentro da academia de relações internacionais.

Alguns dos conceitos mais importantes do realismo se devem à análise realista das obras de autores clássicos: de Tucídides derivam considerações sobre centralidade das questões de guerra e defesa para os Estados, bem como sobre hegemonia e poder; de Hobbes, o estado de natureza e a sobrevivência como objetivo fundamental; de Maquiavel, a razão de Estado e a necessidade de analisar as coisas como elas são e não como deveriam ser.

Para o realismo, as relações internacionais podem ser compreendidas como as interações entre os Estados nacionais no sistema internacional. Para o realismo, o Estado é o ator mais relevante do sistema internacional; embora outras teorias afirmem que existam outros atores relevantes, como organizações internacionais, os realistas apontam o Estado como ator principal, o único capaz de interagir e modificar as condições do sistema em que se encontra, e que outros atores acabam sendo apenas instrumento dos Estados para consecução de seus objetivos.

Além disso, o realismo acredita que os Estados são entidades unitárias e racionais. Unitárias porque, independente de quantas visões divergentes possam haver a âmbito doméstico, no âmbito externo apenas uma forma de visão vai prevalecer, a qual vai influenciar a forma de agir do Estado perante o sistema internacional.

Racionalidade, nesse caso, condiz com a forma de agir do Estado, baseada em uma análise lógica dos ganhos que o Estado poderá obter com determinada ação em razão do custo ao qual está sujeito. O Estado, em âmbito internacional, tende a optar pela opção mais vantajosa, seja essa vantagem em termos relativos ou absolutos.

Os Estados também são entidades heterogêneas, dotadas com qualidades e fraquezas diversas; para sobreviver no sistema internacional e garantir estabilidade a âmbito interno, os Estados devem levar em conta e aprender a lidar com suas características definidoras de maneira lógica.

Outra característica fundamental das relações internacionais é a anarquia internacional. Para entender melhor esse conceito, é importante perceber que o âmbito interno dos países, existem regras e leis e o Estado tem o uso legítimo da força como instrumento de coerção tendo em vista a adequação das ações dos indivíduos.

No entanto, nem sempre foi assim: antes do estabelecimento de sociedades políticas predominava o estado de natureza: um ambiente de caos e competição permanente pela sobrevivência, com ausência de leis, propriedade ou qualquer autoridade superior capaz de organizar a desordem que se originava das relações dos indivíduos nessas circunstâncias primitivas.

Nesse ambiente surgiu a necessidade do Estado como organização política, social e jurídica capaz de manter a segurança e a estabilidade entre os indivíduos, dotada de poder ordenador e coercitivo. Para tanto, foi necessário que os indivíduos abrissem mão de parte de sua liberdade. A princípio, os Estados eram organizações políticas rudimentares e ao longo dos séculos evoluíram para as instituições complexas da atualidade.

No âmbito internacional, a anarquia corresponde ao estado de natureza. As interações entre os Estados ocorrem num ambiente de caos e desconfiança e busca pela sobrevivência. Não existe, entretanto, no espaço abstrato onde os Estados interagem, algo parecido com uma autoridade superior, que seja capaz de coagir a ação dos Estados, porque nenhum Estado é capaz de abrir mão de parte de sua autonomia em troca de segurança e estabilidade. É importante frisar que a anarquia

não é um conceito próprio do realismo e sim das relações internacionais, sendo também presente na teoria idealista.

Outro conceito fundamental do realismo é o da sobrevivência, que está intimamente conectado com a anarquia. No estado de natureza, o objetivo principal dos indivíduos é a sobrevivência ou autopreservação; trazendo essa ideia para o plano internacional caracterizado pela anarquia, é possível afirmar que o objetivo principal dos Estados é sua sobrevivência no sistema internacional, no sentido de preservação da autonomia política e integridade territorial. Inclusive, a sobrevivência de um determinado Estado no sistema internacional se configura como fundamental para a segurança dos indivíduos a âmbito doméstico.

Portanto sobreviver como um ator no sistema internacional é uma das finalidades mais importantes as quais um governante deve estar compelido, por ser um desdobramento da função original do Estado. Em nome da sobrevivência, todos os esforços, capacidades e recursos do Estado devem ser direcionados; ela está acima também de quaisquer outros objetivos que o Estado possa ter ou de valores que o Estado possa pregar.

No sistema internacional anárquico, o poder se configura como elemento de extrema importância para a preservação do Estado. Para fins desta monografia, poder será compreendido como a soma do conjunto das capacidades dos Estados e a forma como essas capacidades influenciam a ação de outros Estados.

Cada Estado é dotado de múltiplas capacidades: pode ser militar, o qual pode se apresentar através de um exército grande e bem equipado; econômico, quando as ações de um país são capazes de influenciar os fluxos da economia mundial; político, quando o país é capaz de influenciar a ação política de outros países e instituições, para citar algumas.

Em face disso, os Estados buscam melhorar suas capacidades e direcioná-las com o objetivo de preservar o seu poder de influência ou aumentá-lo. Para muitos estudiosos das Relações Internacionais, a busca pelo poder no sistema internacional é algo que nunca irá mudar, pois é a forma que os Estados encontram de lutar pela sobrevivência em um ambiente percebido como permanentemente conflitivo.

Nesse contexto, muitos Estados dotados de menor capacidade acabam aliando-se a Estados de maior capacidade, com laços que podem ser históricos ou geográficos, através de tratados de cooperação entre diversos temas, mas sempre

com ênfase na questão de defesa, tendo em vista sua preservação no sistema internacional.

Tais alianças entre países de menor e maior capacidade configuram uma balança ou equilíbrio de poder, pois propiciam uma distribuição de forças entre os Estados que em última instância são responsáveis pela estabilização política do sistema internacional. Nesse caso, podem existir dois tipos de distribuição de poder: bipolar e multipolar, quando existem duas grandes potências e quando existem múltiplas potências, respectivamente.

Essas alianças, no entanto, não são ilimitadas. Por serem baseadas no interesse dos Estados, que é volúvel, as alianças podem ser desfeitas ou ignoradas: é possível que países aliados se tornem oponentes com o passar do tempo, ou que para uma certa potência não seja viável política ou economicamente auxiliar sua aliada em uma situação de conflito.

Isso decorre do princípio da autoajuda, segundo o qual os Estados são responsáveis por sua própria segurança e manutenção da sua sobrevivência. Não há como esperar que um país seja capaz de defender outra soberania que não seja a sua própria, mesmo que seja um aliado. Isso também significa que qualquer tratado de cooperação pode ser fragilizado de acordo com as circunstâncias, se assim se apresentar como mais benéficos aos países envolvidos.

Em resumo, é possível conceber o realismo como uma teoria que tem por objetivo promover uma análise lógica e racional das relações internacionais baseada nas relações de poder, segurança e sobrevivência dos Estados no Sistema Internacional, levando em consideração a forma como as interações entre os Estados ocorrem de fato e não como serial ideal que ocorressem.

Os principais pontos da teoria realista são: a importância do Estado como ator; a sobrevivência como sua principal motivação; a anarquia como característica principal do sistema internacional; a busca pela preservação ou aumento de poder como instrumento dos Estados na luta pela sobrevivência; o equilíbrio ou balança de poder como método de estabilização do sistema internacional; e a autoajuda como princípio norteador da ação dos Estados.

A teoria realista clássica é uma das teorias mais relevantes historicamente e importantes para a compreensão das relações internacionais. Agora será necessário falar sobre o neorealismo, teoria escolhida para a fundamentação teórica desta monografia.

NEORREALISMO

O neorealismo é uma teoria de relações internacionais que surgiu em 1979 com a obra *Theory of International Politics*, de Kenneth Waltz. Em sua obra, Waltz dá ênfase à cientificidade e ao empirismo no conhecimento. O neorealismo ou realismo estrutural foi uma tentativa de renovar o realismo, que nesse momento histórico não dava conta de explicar as mudanças socioeconômicas que o mundo vinha sofrendo.

Além disso, o neorealismo buscou curar alguns vícios percebidos de autores realistas clássicos, trazendo para isso uma nova abordagem baseada no papel do sistema internacional na ação dos Estados ao invés do foco realista clássico como reflexo da natureza humana.

Waltz comparou o sistema internacional à microeconomia, comparando os Estados a empresas tentando sobreviver no Mercado. “Internationally, the environment of states’ actions, or the structure of their system, is set by the fact that some states prefer survival over other ends obtainable in the short run and act with relative efficiency to achieve that end” WALTZ, 1979.

Para Waltz, a ênfase dada tanto por realistas quanto idealistas em questões ideológicas, morais e econômicas fizeram com que eles abrissem mão de uma análise mais abalizada e abrangente do sistema internacional. Tal análise se configura como fundamental para compreensão dos determinantes da política internacional.

O comportamento dos Estados, sob essa visão, é estrangido pela estrutura do sistema internacional. A estrutura do sistema, por sua vez, é definida primeiramente pelo seu princípio organizador, que nesse caso é a anarquia, a qual já foi definida nesse trabalho como a ausência de uma autoridade superior capaz de compelir a ação dos Estados.

A segunda definição do sistema é a diferenciação de Unidades, assim sendo compreendidos os Estados. Importante frisar que para Waltz apenas os Estados eram atores relevantes, pautados pela busca da sobrevivência no sistema internacional e norteados pelo princípio da autoajuda, o objetivo principal é sua segurança.

Finalmente, a distribuição de capacidades entre os Estados. Para o autor, o que distingue a capacidade dos Estados são as suas capacidades relativas, que podem variar de acordo com o Estado. No entanto, a anarquia é comum a todos. O efeito que essa característica do sistema tem na socialização dos Estados é duradouro, que se tornam cada vez mais apegados ao princípio da autoajuda.

Isso não significa que Waltz não confie na cooperação, apenas considera uma estratégia limitada principalmente pela insegurança dos Estados e pela possibilidade de ganhos desiguais, que veem com incerteza as intenções dos outros Estados com os quais podem cooperar e não querem colocar-se voluntariamente numa situação de subordinação.

Para Waltz, as duas características definidoras da estrutura do sistema internacional, a anarquia e a distribuição de poder, são as causas fundamentais das guerras. Ambas as características são permanentes, portanto os Estados devem se adequar a este ambiente de constante ameaça balizando suas ações de forma a propiciar sua segurança no sistema internacional.

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A teoria neorrealista demonstra ser a mais adequada para analisar a atividade de inteligência no Brasil porque, segundo ela, a condição de ameaça aos Estados que ocorre devido a anarquia internacional é uma constante da estrutura do sistema. Sempre existirão ameaças à sobrevivência do Estado. No entanto, cabe aos Estados, através de suas capacidades, aumentarem o seu poder, o qual servirá como instrumento de manutenção ou aumento de influência no sistema internacional.

Nesse contexto, a atividade de inteligência, em sua função precípua de abalizar os governantes e tomadores de decisão quanto a diversas circunstâncias e conjunturas fundamentais referentes a temas sensíveis de interesse nacional, é reconhecidamente uma das capacidades mais relevantes para um Estado que quer se proteger de ameaças externas e que tem como interesse fundamental a sobrevivência no sistema internacional.

O Brasil, com a quinta maior população mundial e a oitava maior economia do mundo, localizado estrategicamente e dotado de uma gigantesca faixa fronteira que conta 10 países, privilegiado também com uma inestimável e cobiçada riqueza natural e avançadas tecnologias industriais em diversas áreas que lhe concedem precedência comercial em muitos campos econômicos é passível de olhares ambiciosos de outras nações, e, embora seja um país pacífico e não envolvido em conflitos, tal circunstância pode naturalmente se modificar se assim for constrangido pelo sistema internacional.

CAPÍTULO II – HISTÓRIA DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA NO BRASIL

Compreender a forma como a atividade de inteligência se estabeleceu institucionalmente no Brasil é fundamental para entender a dimensão histórica de muitos obstáculos atuais que esta prática enfrenta. Este capítulo tem como objetivo traçar um panorama histórico da evolução da atividade de inteligência no Brasil.

A primeira iniciativa de institucionalização da atividade de inteligência foi através da criação do Conselho de Defesa Nacional – CDN, em 1927, pelo Presidente Washington Luís, que tinha como função reunir informações sobre todas as questões de ordem financeira, econômica, bélica e moral, relativas à defesa da pátria.

O Conselho de Defesa Nacional era composto pelo Presidente da República, pelos Ministros de Guerra, Marinha, Fazenda, Viação, Agricultura, Interior, Exterior, pelos Chefes do Estado Maior do Exército e da Armada e eventualmente por outras autoridades, diretores, presidentes ou agentes executivos de sociedades, empresas, sindicatos convocados pelo Presidente. Importante frisar que nesse período o Conselho não contava com agentes.

De acordo com o Decreto nº 17.999 de 29 de novembro de 1927, que o instituiu, ao Presidente da República competia presidi-lo, marcando e designando os locais para reunião e fazendo as convocações e convites para os membros participantes das mesmas, nas quais seriam demonstrados por seus membros os trabalhos de cada departamento relativos aos fins do Conselho.

O período antecessor à criação do Conselho de Defesa Nacional foi marcado por diversas mudanças sociais, econômicas e políticas, como abolição da escravatura, instauração do governo republicano, além de guerras como a do Contestado e crescentes movimentos sociais de trabalhadores nas grandes cidades brasileiras.

Muitos países desenvolvidos já tinham seu próprio serviço secreto nesse período. A demora na criação de uma instituição de inteligência voltada a orientação presidencial e a instabilidade que caracterizava o clima político no país foram fundamentais para a deposição do presidente, que ocorreu principalmente em razão da fragilidade das informações as quais ele tinha acesso, de forma que impossibilitou-o de reagir a ameaça de seus adversários políticos.

Nos primeiros anos à frente da presidência, Getúlio Vargas manteve o Conselho de Defesa Nacional sob a mesma estrutura e funcionamento do governo anterior, participando normalmente das reuniões. No entanto, estava insatisfeito com a qualidade das informações prestadas pelo Conselho, que ainda contava somente com ministros e representantes de ministérios.

Por isso, no ano de 1934, Getúlio Vargas editou o Decreto nº 23.873, com a finalidade de promover ajustes e reformas há muito tempo necessários no Conselho de Defesa Nacional. Para tanto, foi elencada como a finalidade do Conselho:

[...] proporcionar ao Governo os elementos necessários para que este possa resolver do melhor modo as questões relativas à defesa nacional, cabendo-lhe principalmente resolver as questões que interessam ou exigem a ação de mais de um ministério.

O Decreto também determinou que o Conselho fosse constituído por todos os Ministros de Estado e pelos Chefes do Estado-Maior do Exército e Armada, os quais teriam voto deliberativo no Conselho, assim como outros oficiais das mais altas patentes do exército, marinha e aeronáutica, que teriam voto consultivo.

O Decreto instituiu a criação da Comissão de Estudos da Defesa Nacional, que, presidida pelo Presidente da República, tinha como função na verdade a atividade de inteligência em si, no sentido de examinar os tópicos mais importantes a serem debatidos nas reuniões do Conselho, bem como a análise das questões levantadas na reunião e a proposição de soluções.

Também foi criada a Secretaria Geral de Defesa Nacional, sob a égide do Chefe de Estado-Maior da Presidência, à qual incumbiam funções mais voltadas a parte operacional e administrativa da inteligência, como coordenação de estudos, organização, redação de documentos, notificação de autoridades e conservação de arquivos.

Finalmente, foram criadas Secções de Defesa Nacional para cada Ministério, tendo como finalidade, de modo geral, estudar e centralizar as questões de defesa nacional que possam surgir referentes à atividade desempenhada pelos ministérios e fazer a conexão entre estes e o Conselho de Defesa Nacional.

Em agosto de 1934, o presidente Getúlio Vargas instituiu, através do Decreto nº 7/1934, a mudança de denominação do Conselho de Defesa Nacional para

Conselho Superior de Segurança Nacional. Então, a Constituição de 1937 modificou novamente a denominação de Conselho Superior de Segurança Nacional para Conselho de Segurança Nacional.

Tais modificações foram apenas de denominação, no entanto as funções e atividades permaneceram as mesmas até 1942, quando foi instituído o Decreto nº 4.783/1942, que modificou alguns aspectos de pouca relevância da organização do Conselho de Segurança Nacional. Como exemplo, podemos citar a frequência de reuniões, que eram duas vezes por ano e passaram a ser trimestrais.

Durante o Governo Getúlio Vargas, a inteligência institucional esteve mais voltada às questões domésticas, como revoltas sindicais e vigilância de inimigos políticos do governo. Apesar de ter evoluído em relação ao Governo Washington Luís, a atividade de inteligência ainda estava longe de alcançar seu potencial, contando com diversas limitações estruturais.

Dessa forma, durante a 2ª Guerra Mundial, o país ficou vulnerável a ações de espionagem dos países envolvidos no conflito, como Alemanha e Estados Unidos. Tendo em vista essa ameaça crescente, o Presidente Getúlio Vargas percebeu a necessidade de instituir um órgão policial voltado para busca de informações e para realizar a contra-espionagem.

Desse modo, a Polícia Civil do Distrito Federal foi transformada, através do Decreto nº 6.378/1944, em Departamento Federal de Segurança Pública e em sua estrutura foi constituída a Divisão de Polícia Política e Social – DPS, que tinha como função justamente a coleta de informações e a tentativa de neutralização das ações de espionagem realizadas por outros Estados contra o Brasil.

Em 1945 chegou ao fim a II Guerra Mundial, caracterizada como o conflito mais letal da história, com mais de 60 milhões de mortos em todo o planeta e com a inédita detonação de bombas atômicas nas cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, e pela vitória da coalização de países conhecida como Aliados contra a coalização do Eixo.

Entre os Aliados estavam Estados Unidos e União Soviética, que tornaram-se superpotências rivais na nova ordem mundial bipolar que se formou após o fim do conflito. Esta nova ordem ficou conhecida como guerra fria, um conflito muito diferente

de tudo que já havia se visto até então: os dois países pregavam ideologias opostas e dispunham de parte considerável de suas forças destinadas a melhorar suas capacidades, inclusive confeccionando armamentos nucleares mais potentes, tendo em vista a vitória nessa disputa pela hegemonia mundial

A alta letalidade da II Guerra Mundial, incluindo a detonação de bombas atômicas, o advento das Nações Unidas como forma de resolução de contendas entre países, o início da Guerra Fria e o medo crescente de uma hecatombe nuclear ensejada por um destes países criaram um ambiente internacional pouco propício para conflitos militares.

Nesse contexto de mudança do paradigma mundial para conflitos indiretos, a maior parte das agências de inteligência dos países experimentaram aumento de prestígio e investimentos, pois percebeu-se que a atividade de inteligência seria fundamental nesse novo tipo de disputa.

No Brasil, em 1945 o presidente Getúlio Vargas foi deposto em um golpe militar, que colocou no poder seu antigo Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra. O novo presidente, devido sua experiência profissional, tinha pleno conhecimento da importância da atividade de inteligência e ao mesmo tempo noção da fragilidade da inteligência produzida pelo país até então.

Desse modo, Eurico Gaspar Dutra criou, em 1946, o primeiro serviço secreto brasileiro de fato, chamado de Serviço Federal de Informações e Contrainformações – SFICI, criado através do Decreto-Lei nº 9.775/1946-A, vinculado à 2ª Secção da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional.

O órgão, no entanto, carecia de estrutura e pessoal, e sua existência era apenas uma formalidade legal até 1958. Nesse meio tempo, foi criada a Escola Superior de Guerra no Brasil, nos moldes das escolas militares americanas, altamente influenciada pela doutrina de segurança estadunidense, a qual nesse momento histórico elegia como inimigo número 01 o comunismo.

Dessa forma, muitos militares brasileiros já estavam sendo treinados para abominar o comunismo e tinham consciência de que a melhor forma de combatê-lo era através de um órgão de inteligência bem estruturado. Inclusive, dentro da Escola

Superior de Guerra já havia o planejamento de criação de um órgão que substituiria o SCIFI nessa missão.

Em 1956, a Guerra Fria estava a todo vapor; e quando Juscelino Kubistchek assumiu a presidência, os Estados Unidos começaram a pressioná-lo no sentido de regulamentar o Sistema Federal de Informações e Contrainformações para que o Brasil pudesse avançar no combate ao comunismo através do controle de indivíduos e grupos “revolucionários”.

O presidente então montou uma equipe composta por 3 militares e 1 delegado de polícia que seriam responsáveis pela organização do Sistema Federal de Informações e Contrainformações, os quais foram extensivamente treinados nos Estados Unidos pela *Central Intelligence Agency – CIA* e pelo *Federal Bureau of Investigation – FBI* na “arte da espionagem” com foco no combate ao comunismo.

Em 06 de Dezembro de 1958, o presidente Juscelino Kubistchek instituiu o Decreto nº 45.040/1958, que aprovava o Regimento Geral da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, da qual o Serviço Federal de Informações e Contrainformações fazia parte e tinha como competência superintender e coordenar as atividades de informações que interessassem à Segurança Nacional.

Nesse período ocorreu a revolução cubana e a propagação das ideias comunistas crescia e causava admiração em determinados setores da sociedade como operários e estudantes latinos, o que causava preocupação tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, principalmente nas Forças Armadas e no SCIFI.

Após o treinamento nos Estados Unidos, o grupo composto pelo presidente Juscelino Kubistchek ganhou um local de trabalho e alguns funcionários cedidos pelas forças armadas e dessa forma começaram a operar.

O grupo continha 4 subseções, conforme disposto no artigo 8º do decreto nº 45.040/1958: Interior, Exterior, Segurança Interna e Operações. A Subseção do Interior tinha como atribuições pesquisar e manter em dia os dados para o levantamento do Poder Nacional e apresentar sugestões e elaborar estudos conclusivos sobre os resultados de suas pesquisas.

A subseção do Exterior, por sua vez, tinha como função proceder os levantamentos estratégicos das áreas que lhes fossem determinadas e apresentar sugestões e elaborar estudos conclusivos sobre as referidas áreas.

A subseção de Segurança Interna era a que tinha a maior quantidade de atribuições: Conhecer, em todo o território nacional, os antagonismos existentes, ou em potencial, que provoquem ou possam permitir ações contra a segurança interna; pesquisar e informar sobre possibilidades de ocorrências subversivas de qualquer natureza; acompanhar a dinâmica dos Partidos Políticos e elaborar estudos sobre as suas tendências e influências em relação à Política Nacional; realizar o levantamento e manter em dia a situação das principais organizações sociais de classe; colocar na determinação dos antagonismos que possam ocorrer no desenvolvimento das diretrizes governamentais; acompanhar as atividades econômicas e financeiras dos países tendo em vista pesquisar o surgimento e a evolução de fatores que possam ter influência no desenvolvimento econômico-financeira do País; propor normas para a segurança e fiscalização do serviço de Informações; manter em dia o levantamento das atividades de pessoas físicas ou jurídicas que possam ter atividades contrárias aos interesses nacionais; manter em dia o levantamento da situação das agências que exploram no País as comunicações de qualquer natureza; participar do planejamento da contra-propaganda; cooperar no planejamento que vista estabelecer o controle sobre as zonas de segurança.

Finalmente, a subseção de operações era responsável por participar do planejamento de operações a ser realizado por dois ou mais órgãos do governo, tendo em vista um objetivo comum; colaborar com outros órgãos governamentais no planejamento de suas operações, quando isto fosse solicitado ao SFICI; realizar a busca de informes para completar e verificar os conhecimentos existentes ou para adquiri-los, quando fosse possível obtê-los através dos órgãos governamentais; realizar as investigações especiais que lhe fossem determinadas; realizar operações isoladamente, ou em cooperação, com outras entidades dos governos Federal e Estaduais; realizar trabalhos técnicos para utilização imediata do Serviço e para outros órgãos governamentais, quando solicitados; e manter-se em dia acerca do aperfeiçoamento técnico do material inutilizável nas atividades de informações, não só para o emprego e instrução do pessoal, como também para informar aos demais órgãos governamentais.

Apesar de haver um consenso entre os que trabalhavam com a área de inteligência na época que o Serviço Federal de Informações e Contrainformações era, mesmo depois de estruturado, rudimentar no cumprimento do que se propunha, entregando resultados tímidos, seus dossiês e relatórios eram amplamente utilizados pelas Forças Armadas, que compreendiam a necessidade de modificá-lo para aumentar sua eficiência.

O Serviço Federal de Informações e Contrainformações deixou como legado um interessante arquivo composto durante os anos de sua existência, funcionários treinados, manuais de inteligência contendo procedimentos para a atividade de inteligência e diversos materiais utilizados para o treinamento e para os estudos de novos funcionários.

Em 1961, durante a gestão de Jânio Quadros, o Coronel Golbery de Couto da Silva assumiu a chefia do gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional e, por consequência, do Serviço Federal de Informações e Contrainformações. Sua administração seria fundamental para a melhoria na qualidade do serviço prestado pelo SFICI.

O coronel Golbery, em sua gestão, tratou de aumentar a quantidade de funcionários, bem como a qualidade dos oficiais em posições de chefia dentro do SFICI; além disso, criou uma rede de agentes nos estados, uma necessidade urgente para o serviço secreto brasileiro, e buscou realizar cursos de capacitação para os servidores.

Ainda em 1961, Jânio Quadros renunciou ao mandato de presidente, deixando o posto a seu vice, João Goulart, que era visto com maus olhos tanto pelo coronel Golbery quanto por outros oficiais das Forças Armadas, de modo que começaram a articular um golpe para que ele não assumisse a presidência.

No entanto, o golpe foi impedido pelos aliados políticos de João Goulart, que assumiu a presidência em 8 de setembro de 1961. Em decorrência disso, os inimigos de João Goulart no Serviço Federal de Informações e Contrainformações, o coronel Golbery e seus aliados, foram exonerados.

De 1961 a 1964 Golbery liderou um serviço secreto paralelo que fazia parte de uma extensiva conspiração para tirar João Goulart do poder. Entre os

conspiracionistas estavam militares, políticos, empresários e diversos setores da sociedade, insatisfeitos com os rumos políticos, econômicos e sociais que o país tomava e alarmados pela guerra fria que se desdobrava entre Estados Unidos e União Soviéticos e a ameaça crescente de uma hecatombe nuclear.

Em março de 1964 foi deflagrado o golpe militar que depôs João Goulart da presidência do país. A partir daí, o general Humberto Castello Branco assumiu a administração do Brasil, e em Junho de 1964 sancionou a lei 4.341/1964, que criava o Serviço Nacional de Informações – SNI e por consequência revogava a existência do Serviço Federal de Informações e Contrainformações – SFICI.

O Serviço Nacional de Informações foi criado como um órgão diretamente vinculado à presidência da república, embora fosse previsto na lei que operasse também em conjunto com o Conselho de Segurança Nacional em termos atinentes à segurança nacional. Sua finalidade era superintender e coordenar as atividades de informação e contra informação, em particular as que interessem à Segurança Nacional, em todo o território nacional.

Além disso, o Serviço Nacional também tinha como funções assessorar o Presidente da República na orientação e coordenação das atividades de informação e contra informação afetas aos Ministérios, serviços estatais, autônomos e entidades paraestatais; estabelecer e assegurar, tendo em vista a complementação do sistema nacional de informação e contra informação, os necessários entendimentos e ligações com os Governos de Estados, com entidades privadas e, quando fosse o caso, com as administrações municipais; proceder, no mais alto nível, a coleta, avaliação e integração das informações, em proveito das decisões do Presidente da República e dos estudos e recomendações do Conselho de Segurança Nacional, assim como das atividades de planejamento a cargo da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional; e promover, no âmbito governamental, a difusão adequada das informações e das estimativas decorrentes.

O novo Serviço Nacional de Informações contaria com agências regionais nas capitais mais estratégicas, uma agência central no Distrito Federal e a chefia de serviço e gabinete, sendo que a estrutura do Serviço Federal de Informações e Contrainformações faria parte da agencia regional no Estado do Rio de Janeiro, que

deveria ser apoiada financeiramente e materialmente pela Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Algumas prerrogativas especiais foram dotadas ao Serviço Nacional de Informações na sua criação: por exemplo, a isenção de quaisquer prescrições que determinem a publicação ou divulgação de sua organização, funcionamentos e efetivos e a impossibilidade de fiscalização por órgãos de controle, sejam externos ou internos.

Além disso, O pessoal civil e militar necessário ao funcionamento do SNI seria proveniente de Ministérios e outros órgãos dependentes do Poder Executivo, mediante requisição direta do próprio de serviço, que poderia além disso contratar pessoal através da legislação trabalhista ou ainda utilizar-se da mão de obra de qualquer pessoa, civil ou militar, servidor público ou não, para realização de atividades específicas. O chefe do Serviço Nacional de informações, cargo da mais alta confiança do presidente, teria então status de Ministro de Estado, podendo ser civil ou militar, contanto fosse aprovado previamente pelo senado.

A lei em questão foi formulada pelo coronel Golbery, que nessa altura já havia sido designado pelo presidente Castello Branco para comandar o serviço secreto em criação. Mesmo sendo enxuta, a lei foi objetiva no que se propôs: manteve mistério quanto à atividade realizada pelo Serviço Nacional de Informações e ofereceu prerrogativas impressionantes ao órgão, comparáveis ao serviço secreto de um país autoritário, que era de fato o Brasil estava se tornando.

O retorno de Golbery para o comando do serviço secreto brasileiro, o reconhecimento por parte do presidente Castello Branco e das Forças Armadas da importância da inteligência para a administração do país e o consequente aumento de investimentos no órgão lograram um crescimento inédito do Serviço Nacional de Informações.

No governo Castello Branco, a opinião do general Golbery era dotada de especial relevância junto ao presidente e o Serviço Nacional de Informações era um instrumento fundamental na tomada de decisões governamental. No entanto, havia setores mais conservadores nas forças armadas, insatisfeitos com o que consideravam “brandura” da gestão de Castello Branco.

Para os conservadores das forças armadas, era necessário aprofundar a caçada aos comunistas e outros grupos subversivos, através da fiscalização e do controle da população. O General Castello Branco, por consequência, ao longo de seu mandato foi endurecendo o regime, através da edição de Atos Institucionais, que eram normas legais capazes de dotar o regime militar de poderes não previstos na constituição.

Esses atos institucionais versavam sobre conteúdos diversos, mas o foco principal era a retirada de algumas prerrogativas, direitos e funções de congressistas, juízes e finalmente reduzindo a capacidade dos poderes legislativo e judiciário como um todo, aumentando assim o domínio do poder executivo.

Castello Branco, no final de seu governo, buscou aprovar uma nova constituição com a finalidade de institucionalizar o regime militar que passaria a vigorar de forma não mais provisória no país, e aprovou a Lei de Segurança Nacional, uma institucionalização da doutrina de segurança nacional das forças armadas brasileiras. Ambos eram instrumentos que contribuíam para o endurecimento do regime militar instaurado no país.

Ainda em 1967, o general Arthur da Costa e Silva assumiu a presidência do país através de uma eleição indireta. Costa e Silva representava os setores mais conservadores das forças armadas, justamente os que não queriam que o regime militar fosse provisório e que cobravam um regime mais implacável na caça aos “inimigos comunistas”.

Para promover o fortalecimento do combate aos subversivos, o presidente Costa e Silva planejava realizar modificações no serviço secreto brasileiro através da prática de operações de cunho policial, o que transformaria o Sistema Nacional de Informações em uma agência de inteligência com superpoderes possíveis apenas em um Estado autoritário.

Era perceptível para a sociedade que a administração Costa e Silva era muito mais repressiva que a administração de Castello Branco. Como consequência, muitos setores de esquerda buscaram se radicalizar através da formação de guerrilhas de combate urbano e rural como resistência ao regime militar.

Tais movimentações, apesar de tímidas, eram bastante inflamadas pelas forças armadas e foram percebidas como altamente ameaçadoras pelo regime, que buscou recrudescer ainda mais, criando um ciclo vicioso de violência. Com esse pano de fundo, o presidente Costa e Silva começou a realizar uma série de mudanças radicais na estrutura do governo.

Para começar, Costa e Silva criou, através do Decreto nº 60.664/1967 o Centro de Informações do Exército – CIE, que modificava profundamente a estrutura hierárquica do exército, dando proeminência ao serviço de inteligência militar. O Centro de Informações do Exército fazia toda sorte de operações de espionagem, infiltrações em sindicatos e grêmios estudantis, sangria de linhas telefônicas e outras formas de monitoramento social.

Enquanto isso, no Sistema Nacional de Informações, o general Golbery era destituído de seu posto e em seu lugar assumia Emílio Garrastazu Médici, numa medida simbólica que demonstrava que o estilo de administração promovida por Castello Branco, de cunho mais progressista ou moderado, não teria lugar na administração Costa e Silva.

Médici, enquanto chefe do Sistema Nacional de Informações, buscou melhorar ainda mais a qualidade da informação produzida, formando uma complexa rede de informações dividida por áreas, com o intuito de otimizar de forma extremamente técnica as informações prestadas ao presidente da república.

Uma das mais importantes modificações promovidas foi a retomada das Seções de Defesa Nacional - SDN, que foram criadas ainda no governo Vargas para fiscalização dos ministérios, mas haviam sido esquecidas pelas administrações posteriores. As Seções passaram a se chamar Divisão de Segurança e Informações – DSI e continuariam sua atuação no âmbito dos ministérios.

Além disso, também foram criadas Assessoria de Segurança e Informações – ASI no âmbito de outros órgãos e autarquias federais. Estas divisões e assessorias tinham como finalidade a observação tanto do trabalho realizado pelos órgãos federais quanto dos funcionários para abastecimento das agências de inteligência governamentais sobre o andamento da administração pública.

Durante esse período, ocorreram diversas situações de confronto entre os militares e a sociedade civil, que se encontrava cada vez mais insatisfeita com os rumos que o regime militar tomava em termos de violência e brutalidade e com a perceptível falta de liberdade de ação e expressão à qual gradualmente a população ia sendo submetida.

A insatisfação popular despertava nos militares o desejo por ainda mais brutalidade e autoritarismo no trato às parcelas descontentes da sociedade. Dentro da cúpula das forças armadas, discutia-se uma proposta definitiva capaz de realizar esse desejo: a edição de mais um ato institucional, que de uma só vez poderia aumentar o poder do presidente ao mesmo tempo em que colocaria um basta nos opositores de forma mais efetiva.

Não era do interesse do presidente Costa e Silva ter sua gestão marcada por atos tão autoritários quanto os que se seguiriam à edição desse ato, mas por pressão da cúpula das forças armadas, incluindo do General Emílio Garrastazu Médici, ele decidiu que editaria o Ato Institucional 5, que ficou conhecido como o mais duro e autoritário até então.

Em 13 de Dezembro de 1968 foi editado então o Ato Institucional 5, que possibilitava ao presidente “dar recesso” ao poder legislativo federal, estadual e municipal; por consequência, durante o recesso legislativo o poder executivo federal poderia legislar no seu lugar. Além disso, o presidente poderia decretar intervenção em qualquer Estado ou Município, suspender direitos políticos de qualquer cidadão e cassar mandatos eletivos de qualquer esfera, suspender garantias funcionais constitucionais, decretar estado de sítio e simplesmente suspender a garantia do habeas corpus para determinados crimes, entre outras medidas.

Em 1969, o presidente Costa e Silva sofreu um problema de saúde que o tornou incapacitado para exercer suas funções como presidente pelo restante do mandato. O seu vice-presidente, no entanto, não era aprovado pelos militares por ser um civil e por ser moderado, de forma que os militares acharam melhor fazer eleições internas para um novo presidente.

Nessa eleição despontou como favorito o General Emílio Garrastazu Médici, que a esse ponto já gozava de grande prestígio dentro das forças armadas por ser o

braço direito de Costa e Silva e por ser chefe do Sistema Nacional de Informações, instituição que já havia se tornado o coração e a cabeça do regime militar.

Emílio Médici assumiu a presidência com a missão de conter as lutas armadas e os opositores do regime e a tortura passou a ser amplamente utilizada como método de obtenção de informações e como a forma mais eficiente de lidar com os inimigos do governo. Oficialmente, no entanto, seu objetivo era restaurar a paz e a democracia.

Foram criadas duas instituições para atender as finalidades do governo: o Destacamento de Operações de Informações – DOI e o Centro de Operações de Defesa Interna – CODI, como centros de planejamento e coordenação de operações de inteligência. Além disso, houve mudanças na legislação que passaram a prever a pena de morte.

Através da censura da mídia, o governo Médici manipulava a opinião pública, escondendo da sociedade a realidade sobre o regime militar, garantindo com isso uma altíssima popularidade. Nesse contexto, o Sistema Nacional de Informações constava praticamente como o 4º poder, tamanha a sua relevância para os diversos aspectos da gestão presidencial.

O Sistema Nacional de Informações era extremamente eficiente: monitorava os mais diversos setores da sociedade como estudantes, clérigos, políticos, etc., através de suas 12 agências regionais e utilizando métodos como censura postal, e já planejada a construção da sua sede central em Brasília, bem como de uma escola de espões.

Entretanto, não existia apenas o Sistema Nacional de Informações como serviço de inteligência no país. As forças armadas também contavam agências próprias: o Centro de Informações do Exército – CIE se destacava por fazer um trabalho operacional e investigativo na busca de subversivos, utilizando táticas como recrutamento de informantes e infiltração de agentes em organizações de esquerda, contando ainda com a cooperação do Sistema Nacional de Informações e da Agência de Inteligência dos Estados Unidos, a CIA.

A Marinha também contava com serviço secreto próprio: o Centro de Informações da Marinha – CENIMAR. Criado em 1955, era mais antigo que o Sistema

Nacional de Informações e que o Centro de Informações do Exército. Contava com o arquivo mais completo de todos os órgãos da comunidade de inteligência.

Finalmente, o serviço da Aeronáutica se chamava Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica – CISA. Todos os serviços secretos das forças armadas contavam com muito prestígio e autonomia, de forma que eram diretamente subordinados ao ministério e não mais respondiam a toda a cadeia de hierarquia a qual estão sujeitos os militares.

Era grande a cooperação entre os membros da comunidade de inteligência, não só entre o Sistema Nacional de Informações, Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica, Centro de Informações da Marinha, Centro de Informações do Exército, mas também o Destacamento de Operações de Informações, Centro de Operações de Defesa Interna, Polícia Federal, Divisões de Segurança e Informação, Assessoria de Segurança e Informação e secretarias estaduais de segurança pública.

Em 1971, através do Decreto nº 68.448, o presidente Médici criou a Escola Nacional de Informações – ESNI, um órgão de estrutura colossal que ofertava 3 cursos voltados ao estudo sociológico do país, ao ofício do analista de informações e à parte operacional da atividade de inteligência. Ao fim de seu governo, Médici promoveu um recrudescimento ainda maior de um governo que já era considerado um dos mais brutais. Isso só foi possível pelo auxílio dos órgãos de inteligência.

O presidente Ernesto Geisel assumiu em 1974 com o objetivo de promover uma gradual transição à democracia. Para isso, no entanto, seria necessário que o governo percebesse o fim do apelo comunista. Geisel havia feito parte do grupo “Sorbonne”, intelectuais do exército que estudaram a doutrina de segurança nacional na Escola Superior de Guerra e eram considerados moderados.

O Presidente Geisel trouxe o General Golbery de Couto e Silva para o governo, como Chefe do Gabinete Civil e Figueiredo como Chefe do Sistema Nacional de Informações. O governo de Geisel buscou promover mudanças simbólicas em direção ao relaxamento do regime, como o fim da censura aos meios de comunicação.

No entanto, essas medidas desagradavam a comunidade de inteligência como um todo e principalmente o Sistema Nacional de Informações, que temia por sua

sobrevivência em um eventual regime democrático, onde poderiam ser responsabilizados e penalizados pelas ações clandestinas de espionagem que realizavam.

João Baptista Figueiredo assumiu em 1979, mais um presidente da ala dos moderados das forças armadas e mais um que vinha da comunidade de inteligência. Figueiredo também assumiu com o compromisso de realizar uma transição democrática, pois ao final dos anos 70 e início dos anos 80, o clamor popular era grande pelo retorno democrático e o regime militar já estava desgastado.

Para o retorno democrático, Figueiredo tinha intenção de utilizar amplamente o serviço secreto. Durante sua gestão, foi relevante a quantidade de investimentos feitos na área de inteligência, como construção de um mega estrutura dentro agência sede do Sistema Nacional de Informações em Brasília que contava com hospital, posto de combustível, oficina mecânica, estúdio de TV, além de empresas especializadas em criptografia.

Nesse período o Sistema Nacional de Informações contava com 5.000 funcionários. O serviço prestado, no entanto, havia diminuído de qualidade em razão da menor necessidade de vigilância constante de subversivos, que a esse ponto do regime militar eram pouquíssimos e não apresentavam ameaças ao governo.

Uma das medidas tomadas pelo Presidente Figueiredo foi a concessão de anistia, no intuito de reverter punições, que servia tanto para as pessoas consideradas subversivas e perseguidas durante o regime militar, quanto para os próprios militares e civis que a serviço do regime houvessem cometido delitos penais.

Novamente, a comunidade de inteligência se via ameaçada por medidas de aceno a democracia, pois temia ações de revanchismo contra o regime e à comunidade de informações por parte dos indivíduos e grupos perseguidos durante todo o regime militar, muitos dos quais torturados ou exilados em outros países e que voltariam ao país em busca de providências.

Parte da comunidade resolveu agir no sentido de pressionar pela não abertura democrática. Ao longo do governo Figueiredo ocorreram várias situações limites provocadas pelos militares que acabaram tendo o efeito contrário, pois com o fim da

censura aos meios de comunicação, tais situações eram investigadas pelos jornalistas e causavam indignação na população, que urgia cada vez mais pelo fim do regime.

Essas tentativas de sobrevivência do regime militar e principalmente da comunidade de inteligência acabaram por enfraquecer o regime e tornar insustentável sua manutenção. Com a realização de eleições indiretas, Tancredo Neves venceu, com a promessa de que não acabaria com o Sistema Nacional de Informações e que não haveria revanchismo por parte do novo governo em relação aos militares.

Tancredo Neves adoeceu um pouco antes da posse e assim José Sarney assumiu interinamente a presidência. Poucos dias depois da posse, Tancredo faleceu e José Sarney assumiu a presidência em definitivo. O presidente Sarney, por sua vez, não tinha a menor intenção de acabar com o Sistema Nacional de Informações ou de punir as ações realizadas por eles em governos passados.

Ao contrário, o presidente Sarney utilizava amplamente as informações prestadas pelo serviço secreto, que ao longo dos anos havia adquirido uma relevante expertise nos mais diversos aspectos da gestão nacional. Além disso, o Sistema Nacional de Informações continuava realizando a avaliação e a classificação de candidatos a vagas no serviço público.

A estratégia do presidente Sarney foi dar mais transparência ao Sistema Nacional de Informações, que já não fazia mais missões secretas de torturas e assassinatos. O serviço secreto continuava, no entanto, interferindo em diversas movimentações políticas, como a formulação da constituição federal que estava em andamento no período, com o cuidado de que não fosse o serviço secreto prejudicado por ela, bem como pela previsão do instituto do habeas data, que poderia ser altamente prejudicial ao trabalho sigiloso que desempenhava.

Durante as eleições diretas que se realizariam ao fim do governo Sarney, na qual disputavam 3 inimigos do Sistema Nacional de Informações: Lula, Collor e Brizola, o serviço decidiu eliminar parte do seu arquivo que contasse com informações comprometedoras ao serviço e aos seus funcionários. Além disso, buscaram formular uma nova organização funcional que tornasse o serviço secreto brasileiro mais voltado para questões de defesa externa.

Collor venceu a eleição e assumiu em 1990. Durante sua campanha, Collor avisou que acabaria com o Sistema Nacional de Informações. E assim o fez no primeiro dia de governo, abolindo o SNI e transformando a estrutura excedente em Departamento de Inteligência – DI, vinculado a também recém criada Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – SAE.

Nesse período, os funcionários federais que não tinham estabilidade foram demitidos, inclusive os antigos funcionários do SNI; os funcionários de outros órgãos, como militares cedidos, foram realocados e as Divisões e Assessorias de Segurança e Informações foram extintas, restando cerca de 1.500 servidores ao órgão que era criado.

No entanto, através da Ordem de Serviço nº 143/SAE/DI, O presidente definiu os parâmetros de atuação do novo órgão de inteligência de forma não muito diferente do que já havia sido feito para o extinto SNI, com termos e competências vagos, que causavam confusão nos membros do novo departamento.

Nesse período, os serviços secretos das forças armadas também mudaram de nome: o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica – CISA virou Secretaria de Inteligência da Aeronáutica; o Centro de Informações da Marinha – CENIMAR virou Centro de Inteligência da Marinha – CIM; e o Centro de Informações do Exército mudou para Centro de Inteligência do Exército – CIE (a sigla foi mantida).

Isso era uma estratégia para suavizar a imagem dos serviços secretos e dar a impressão de que haviam mudado de função frente ao governo democrático. O enfraquecimento da inteligência civil que ocorreu com o fim do Sistema Nacional de Informações e com a criação do Departamento de Inteligência culminou no benefício dos serviços secretos das forças armadas, que passaram a fornecer informações de mais qualidade ao presidente que os órgãos civis.

Em 1991 o presidente Collor propôs um projeto de lei que colocava o Departamento de Inteligência sob fiscalização externa de uma comissão mista do congresso, além de ter suas funções limitadas à defesa externa. No entanto, o presidente mudou de ideia e propôs que o Departamento de Inteligência fosse dissolvido e em seu lugar criado o Centro Federal de Informações – CFI, que teria como atribuição a execução e coordenação das atividades civis de inteligência nacional.

Enquanto não era definido o futuro do órgão de inteligência civil federal, começaram os escândalos de corrupção que caracterizaram o governo Collor, culminando finalmente no afastamento do mesmo do seu mandato e posterior impeachment, período em que assumiu a presidência da república o seu vice, Itamar Franco.

Diferente de Collor, Itamar Franco tinha uma relação melhor tanto com os militares tanto com o serviço secreto. Dessa forma, quando assumiu a presidência colocou um militar na chefia da Secretaria de Assuntos Estratégicos e posteriormente modificou o nome de Departamento de Inteligência para Subsecretaria de Inteligência – SSI, que teria como atribuição o levantamento de informações referentes a conjunturas externas e internas do país.

Isso significava que, na prática, a maior parte do serviço realizado era em relação às conjunturas políticas internas do país, principalmente em relação ao Partido dos Trabalhadores, que nesse período só aumentava em prestígio junto a grande parte da população, fato que causava temor na comunidade de inteligência, tanto civil quanto militar. O Presidente Itamar não fez grandes mudanças no serviço secreto; preferiu deixar que seu sucessor fizesse as mudanças necessárias que haviam sido por tanto tempo adiadas.

CAPITULO III - AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA

Este capítulo tem como objetivo apresentar a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, demonstrar sua criação, estrutura e elencar os maiores obstáculos que este órgão tem enfrentado na execução das atividades civis de inteligência nacional.

Fernando Henrique Cardoso assumiu a presidência em 1995 com o objetivo de criar um novo órgão de inteligência inteiramente adaptado ao ambiente democrático do país, voltado a questões de defesa externa e que estivesse subordinado ao escrutínio de uma comissão mista de controle externo formada por membros do congresso.

Enquanto o projeto do novo órgão estava em formulação, a Subsecretaria de Inteligência – SSI, órgão então responsável pela inteligência civil federal, passou a

estar subordinada também a Secretaria Geral da Presidência da República, além da Secretaria de Assuntos Estratégicos. Posteriormente, a SSI foi transferida à subordinação da Casa Militar da Presidência da República.

Em 1997 iniciaram os trabalhos para elaboração do projeto de lei referente à criação da Agência Brasileira de Inteligência, um órgão nos moldes dos serviços secretos de países democráticos, com funções voltadas ao levantamento de informações para auxiliar o processo decisório presidencial, sem poder de polícia, voltada principalmente à segurança e preservação do país frente a ameaças internas, externas e contra-inteligência e respeitando os valores do Estado Democrático de Direito.

Em 07 de setembro de 1999, a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN e o Sistema Brasileiro de Inteligência – SISBIN, são criados através da Lei nº 9.883/99. O Sistema Brasileiro de Inteligência é instituído com a função de fornecer a Presidência da República com subsídios nos temas de interesse nacional e integralizar o planejamento e a execução das atividades de inteligência no país.

Além disso, o Sistema Brasileiro de Inteligência surge com a responsabilidade por todo o processo de obtenção, análise e disseminação das informações necessárias ao processo decisório governamental do poder executivo federal, bem como pela salvaguarda de informações contra o acesso de pessoas ou órgãos não autorizados.

A Agência Brasileira de Inteligência é considerada como o órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência e é vinculada diretamente à Presidência da República, através do Gabinete de Segurança Institucional e tem como funções precípuas o planejamento, execução, coordenação, supervisão e controle das atividades de inteligência do Brasil e pela execução da Política Nacional de Inteligência.

A Agência Brasileira de Inteligência também é responsável pelo planejamento e execução de: i) ações, inclusive sigilosas, referentes à obtenção e análise de dados e informações para a produção de conhecimentos destinados ao assessoramento presidencial; ii) proteção de conhecimentos sensíveis, relativos aos interesses e à segurança do Estado e da Sociedade; bem como iii) avaliação de ameaças à ordem constitucional, sejam de caráter externo ou interno; e iv) promover o desenvolvimento

de recursos humanos, da doutra de inteligência, realizar estudos e pesquisas para o aprimoramento da atividade de inteligência.

Os fundamentos que regem o Sistema Brasileiro de Inteligência e conseqüentemente, todos os órgãos que o compõem, são os seguintes: preservação da soberania nacional; defesa do Estado Democrático de Direito; defesa da dignidade da pessoa humana; preservação dos direitos e garantias individuais e demais dispositivos da Constituição Federal e de outros instrumentos legais internacionais dos quais o Brasil seja signatário, bem como os instrumentos legais nacionais.

Ademais, a atividade de inteligência realizada pelos órgãos que compõe o Sistema Brasileiro de Inteligência será desenvolvida com observância incondicional dos direitos e garantias individuais e mantendo fidelidade às instituições e aos princípios éticos que regem os interesses e a segurança do Estado.

Nesse sentido, é importante destacar novamente o conceito de inteligência segundo a Lei 9.883:

§ 2º Para os efeitos de aplicação desta Lei, entende-se como inteligência a atividade que objetiva a obtenção, análise e disseminação de conhecimentos dentro e fora do território nacional sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório e a ação governamental e sobre a salvaguarda e a segurança da sociedade e do Estado.

Enquanto contra-inteligência é conceituada como a atividade que objetiva neutralizar a inteligência adversária.

O Sistema Brasileiro de Inteligência é composto principalmente pelos órgãos e entidades da Administração Federal relacionados a defesa externa, segurança interna e relações exteriores que possam produzir direta ou indiretamente conhecimentos de interesse da atividade de inteligência, também podendo fazer parte as Unidades da Federação, mediante ajustes específicos e convênios. Nesse sentido, estes órgãos e entidades deverão fornecer os dados, conhecimentos e informações produzidas à Agência Brasileira de Inteligência, com a finalidade de integrar as informações produzidas.

O Sistema Brasileiro de Inteligência é composto atualmente por 37 órgãos integrantes e conta com superintendências em todos os Estados, além da sede da Agência, que está localizada no Distrito Federal e de subunidades em municípios

estratégicos. Além disso, a Agência Brasileira de Inteligência tem representações em 14 países.

A atuação da Agência Brasileira de Inteligência ocorre principalmente em relação a temas de defesa externa, relações exteriores, segurança interna, desenvolvimento socioeconômico e científico tecnológico, como proteção das fronteiras nacionais, segurança de infraestruturas críticas, à contraespionagem, terrorismo, proliferação de armas de destruição em massa, segurança de informações e comunicações, defesa do meio ambiente, proteção de conhecimentos sensíveis, entre outros.

A ABIN é um órgão de Estado de caráter permanente, apartidário e apolítico, sendo o único órgão que tem como função a execução da atividade de inteligência nacional e tem como missão antecipar fatos e situações que possam impactar a segurança da sociedade e do Estado brasileiro; assessorar o mais alto nível decisório do país; salvaguardar conhecimentos sensíveis e aprimorar a atividade de inteligência de Estado.

É perceptível a importância da atividade de inteligência na atualidade frente aos dilemas de segurança transnacional que os países vêm enfrentando, como tráfico internacional de drogas, lavagem de dinheiro, terrorismo, entre outros desafios que são combatidos de forma mais eficiente através desta atividade.

No Brasil, a atividade de inteligência tem uma história repleta de altos e baixos em termos de prestígio e investimentos por parte dos governos. Diversos obstáculos de ordem estrutural, social, política, econômica, entre outros, acabam por limitar o trabalho desempenhado pela Agência Brasileira de Inteligência, dentre os quais, é possível destacar:

1- Integração

O Sistema Brasileiro de Inteligência - SISBIN foi criado com o intuito de integrar as ações de planejamento e execução da atividade de inteligência no país. Em 2008, através do Decreto nº 6.540/2008, foram alterados alguns dispositivos do Decreto nº 4.376/2002, o qual versa sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência. Um dos dispositivos alterados foi o artigo 6º, que

passou a dispor sobre a criação de um Departamento de Integração do Sistema Brasileiro de Inteligência – DISBIN.

O setor em questão fica dentro da Agência Brasileira de Inteligência e tem como atribuições a coordenação da articulação do fluxo de dados e informações oportunas e de interesse da atividade de inteligência de Estado, com a finalidade de subsidiar o Presidente da República em seu processo decisório.

Dele fazem parte os representantes dos órgãos que compõem o Sistema Brasileiro de Inteligência: Casa Civil; Gabinete de Segurança Institucional; Agência Brasileira de Inteligência; Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ministério da Defesa; Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Fazenda; Ministério do Trabalho; Ministério da Saúde; Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações; Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Integração Nacional; Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União – CGU, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil; Ministério de Minas e Energia e Advocacia Geral da União, além dos setores dentro de cada ministério, como a Secretaria Executiva da Casa Civil, o Departamento de Polícia Federal e Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Desde a criação da Agência Brasileira de Inteligência e do Sistema Brasileiro de Inteligência, essa foi a primeira iniciativa formal de integração através do SISBIN. Interessante frisar que um dos pressupostos estabelecidos pela Política Nacional de Inteligência – PNI é a Abrangência, sendo que o SISBIN e os órgãos que o integram são considerados instrumentos essenciais da inteligência nacional que tem no compartilhamento de dados e informações uma das diretrizes da PNI.

Ademais, consta que um dos eixos estruturantes da Estratégia Nacional de Inteligência – ENINT é justamente um modelo de trabalho baseado na coordenação e integração, com participação efetiva dos integrantes dos SISBIN, e ainda:

O Sistema deve praticar o compartilhamento de dados e conhecimentos, assim como realiza ações específicas conjuntas, sempre em prol dos interesses do Estado e da sociedade brasileira. Órgãos diferentes, com perspectivas de abordagem próprias, produzem soluções finais mais eficazes quando articulados em rede. A atuação em rede exige também a responsabilidade pela adequada proteção de fontes, conhecimentos e profissionais, por meio da gestão eficaz dos riscos inerentes à atividade de Inteligência.

Nesse sentido, a previsão de integração dos órgãos é bem estabelecida legalmente, porém ainda é insuficiente no sentido de esclarecer de que forma a integração deve ocorrer. Questões como quais informações devem ser disponibilizadas por cada órgão, quem deve ter acesso a tais informações e em quais situações, são perguntas não abrangidas pela legislação que acabam sendo respondidas no dia a dia do trabalho, não sem causar conflito nos operadores de inteligência.

Além disso, não se sabe se essa cooperação realmente tem sido eficiente. Não há informações sobre um grupo de gerenciamento de crise, por exemplo, grupo formado por órgãos responsáveis por ações de respostas rápidas em situações de conflito no país, que no Brasil poderia ser formado justamente por estes órgãos que compõem o SISBIN, a exemplo do que é feito em outros países.

A falta ou a baixa qualidade de integração e troca de informações entre os muitos órgãos que compõem o Sistema Brasileiro de Inteligência se torna um relevante obstáculo para a execução da atividade de inteligência no país realizada pela Agência Brasileira de Inteligência.

2- Comando do SISBIN

Embora na lei 9.883/99, a Agência Brasileira de Inteligência seja responsável pela coordenação do Sistema Brasileiro de Inteligência, o Decreto nº 4.376/2002 dispõe que o Gabinete de Segurança Institucional é responsável pela coordenação das atividades de inteligência federal. Esse é um exemplo claro da confusão resultante da falta de clareza legal sobre a hierarquia dentro do organograma do SISBIN.

Embora seja o órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência, a Agência Brasileira de Inteligência não é um órgão superior aos outros que o compõem. Nesse sentido, os atos inerentes à coordenação ficam prejudicados pela falta de uma liderança clara. Um determinado grau de hierarquia é importante dentro de qualquer sistema e principalmente no serviço público.

Tendo em vista que a Agência Brasileira de Inteligência é a maior interessada na produção de conhecimentos para auxílio do processo decisório governamental, a qual é sua função precípua, enquanto que para os outros órgãos que compõem o

Sistema Brasileiro de Inteligência, a produção dessas informações é uma atividade secundária, situação em que, dada a estrutura do serviço público brasileiro, poderia por si só ser geradora de conflitos de poder entre órgãos.

A falta de liderança e hierarquia dentro do Sistema Brasileiro de Inteligência resulta em confusão na interação de seus membros integrantes, gerando conflitos de poder entre órgãos e dificultando o trabalho da Agência Brasileira de Inteligência e conseqüentemente, da produção de inteligência no Brasil.

3- Organização do SISBIN

Ainda em relação à organização do Sistema Brasileiro de Inteligência, é importante destacar que a legislação deveria ser mais específica quanto às funções de cada órgão do SISBIN. Qual seria o papel do Ministério de Minas e Energia dentro do SISBIN, por exemplo? Qual seria o papel da Polícia Rodoviária Federal?

O esclarecimento dessas questões é fundamental para o aumento de eficiência e qualidade do trabalho prestado por cada órgão dentro do SISBIN e facilitaria o trabalho da Agência Brasileira de Inteligência, que é responsável não somente pela integração das informações fornecidas mas também pelo levantamento de informações a serem levantadas por cada órgão, responsabilidade essa estabelecida pela lei de forma extremamente vaga.

Além disso, a legislação deve estabelecer limites claros para a atuação de cada órgão e para o alcance das informações fornecidas. Os órgãos que compõem o Sistema Brasileiro de Inteligência estão obrigados a respeitar a ordem constitucional e os direitos individuais no desempenho de suas funções, sejam elas precípuas ou auxiliares, relacionadas a coleta de informações para produção de inteligência.

Mais importante ainda é a proteção das informações produzidas. Não é porque determinado órgão fez parte da produção de determinado conhecimento que ele deve ter acesso ao resultado final do mesmo. A atividade de inteligência requer um alto grau de sigilo tendo em vista a natureza dos assuntos tratados, na maior parte das vezes temas sensíveis e passíveis de impactar a segurança e a defesa nacional.

A falta de nitidez quanto a organização do Sistema Brasileiro de Inteligência no que tange ao estabelecimento das funções de cada órgão, bem como limites para

sua atuação e para o alcance das informações produzidas por eles é um fato que contribui negativamente no trabalho realizado pela Agência Brasileira de Inteligência.

4- Falta de respaldo legal à atividade de inteligência

Embora a atividade de inteligência praticada atualmente pela maior parte dos países tenha se adequado a modernidade, tanto em seus objetivos quanto em seus métodos, ainda há necessidade de realização de operações secretas, através da utilização de métodos sigilosos, os quais estão no cerne da prática.

É importante frisar que essas operações não vão deixar de acontecer, pois muitas vezes são as fontes mais fundamentais para a coleta de informações, que de outra forma estariam indisponíveis. Tais métodos secretos são utilizados em qualquer serviço secreto dos Estados Nacionais tão diversos quanto Estados Unidos, Israel e até o Vaticano, nos quais são adaptados à legislação nacional, de forma que possam atuar dentro da legalidade.

No Brasil, no entanto, apesar de estar previsto a utilização de métodos sigilosos pela Agência Brasileira de Inteligência, a legislação se resume a isso. Um agente secreto brasileiro, exercendo suas funções como qualquer agente secreto de qualquer outro país, está vulnerável a ser criminalmente imputado por suas ações a serviço da ABIN.

Isso porque não há no país, que tem em média 200 mil leis, pelo menos um instrumento legal que respalde as ações dos funcionários da Agência Brasileira de Inteligência no estrito cumprimento de seu dever. Além disso, não tendo qualquer proteção às suas identidades, os agentes secretos brasileiros estão vulneráveis no desempenho de suas funções e em suas vidas pessoais.

A insegurança causada pela falta de legislação que respalde as ações em operações secretas e proteja a identidade dos agentes secretos brasileiros ao serviço da Agência Brasileira de Inteligência é mais uma barreira que a ABIN enfrenta no desempenho de suas funções.

5- Controle da Atividade de Inteligência

O trabalho realizado pela Agência Brasileira de Inteligência está sujeito a diversos mecanismos de controle, que tem como objetivo garantir que a atividade seja

realizada conforme os princípios democráticos, respeitando a constituição e os direitos individuais, de forma não arbitrária e abusiva. O controle é especialmente importante em um país como o Brasil, que passou por um regime militar, no qual a atividade de inteligência foi utilizada como um relevante instrumento repressivo.

Torna-se necessário, portanto, a constante avaliação do trabalho desenvolvido pela Agência Brasileira de Inteligência, bem como do trabalho desempenhado pelos outros membros do Sistema Brasileiro de Inteligência, tendo em vista a adequação das práticas e resultados para que sejam consoantes ao Estado Democrático de Direito.

No Brasil, a legislação esparsa no sentido de definir os pormenores das competências e funções específicas da Agência Brasileira de Inteligência acaba dificultando também o efetivo controle das atividades realizadas pelo órgão.

No Brasil, o controle interno da atividade de inteligência ocorre em alguns níveis: 1) Agencial, realizada principalmente pelo Diretor-Geral e pelo Corregedor-Geral, voltada ao controle de procedimentos e atuação de servidores, respectivamente; 2) Executivo, realizado tanto pelo Ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, através da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CREDEN, que busca supervisionar a execução da Política Nacional de Inteligência realizada pela ABIN, quanto pela Controladoria-Geral da União-CGU, que exerce uma supervisão técnica e pela Secretaria Federal de Controle Interno - SFC e Secretarias de Controle Interno – Ciset, que inspecionam o desempenho orçamentário da ABIN.

No âmbito externo, o controle se dá principalmente pelo Congresso Nacional, Poder Judiciário e Ministério Público. Importante frisar que no Brasil não há juízes e/ou varas especializados na atividade de inteligência, em oposição à realidade de muitos países democráticos. O Ministério Público da União exerce junto a ABIN apenas o controle externo que exerce sobre qualquer outro órgão. O Congresso Nacional por sua vez, atua fiscalizando a atividade de inteligência através da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.

Embora teoricamente a Agência Brasileira de Inteligência seja controlada e fiscalizada por diversos órgãos, o controle realizado acaba sendo incipiente, por ser

específico a questões orçamentárias ou administrativas. Isso porque há poucos parâmetros de comparação e definição de limites para a atuação do órgão.

Além disso, o controle externo, principalmente o realizado pelo Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência fica altamente prejudicado pela falta de interesse parlamentar na atividade de inteligência, por diversos motivos que passam desde o desconhecimento das atividades realizadas pela ABIN, quanto do potencial que a Agência tem, além da falta de interesse do eleitorado sobre o tema.

6- Orçamento

O Brasil passa por uma crise financeira gravíssima. Rombos fiscais criados através de anos de erros de gestão e corrupção impedem que muitos estados federativos sejam capazes de cumprir suas obrigações salariais e de investimentos em serviços básicos como saúde, educação e segurança, que acabam respingando na União, que muitas vezes acaba tendo que intervir financeiramente em alguns entes federativos com o objetivo de evitar sua falência.

Nesse contexto, os órgãos públicos, sejam eles estaduais, federais ou municipais, sofrem com o corte de recursos que prejudica o andamento de suas atividades. Não é diferente com a Agência Brasileira de Inteligência, que no entanto, desde sua criação, nunca recebeu a quantidade de investimentos devidos, necessários à melhoria da qualidade do serviço prestado pela Agência.

Apesar de ter um investimento anual robusto, a grande parte do dinheiro recebido pela Agência Brasileira de Inteligência vai para o pagamento de pessoal, como salários e encargos sociais, restando um valor baixo e insuficiente para investimentos fundamentais para a atividade como tecnologia e treinamento do pessoal.

Além disso, há a questão da falta de sigilo dos gastos da Agência Brasileira de Inteligência. Numa realidade ideal, como é a de países como Estados Unidos, o orçamento da agência de inteligência é sigiloso, bem como seus gastos. No Brasil, em virtude da necessidade de transparência dos gastos realizados pelos órgãos públicos, toda a vida orçamentária do órgão é disposta no diário oficial.

Tais aspectos financeiros e orçamentários da Agência Brasileira de Inteligência configuram vulnerabilidades que põe o país em risco de ser vítima de

espionagem por parte de Estados estrangeiros, tanto por prejudicar sua capacidade produtiva através da falta de investimentos quanto através da disposição aberta de seus investimentos mais básicos, como compra de equipamentos e afins.

7- Cultura de Inteligência no Brasil

O Brasil, ao longo da sua história, teve poucas experiências positivas com a atividade de inteligência. A mais pungente na memória foi durante o regime militar, no qual a atividade de inteligência era utilizada para monitorar indivíduos considerados subversivos, ameaças ao regime. Com a ajuda do serviço de inteligência da época, pessoas eram monitoradas, presas, torturadas e até assassinadas.

Era de conhecimento público que o Sistema Nacional de Informações era responsável por decidir quem era subversivo e quem não era, e os parâmetros arbitrários para a tomada de tais decisões. Ainda hoje, muitos que foram vítimas de abusos pelo regime militar ainda pregam contra a existência de um órgão de inteligência. Militantes, artistas e a própria mídia veem com desconfiança o serviço secreto brasileiro.

A população, no geral, quando não se incomoda pela história da atividade de inteligência no país, se pergunta qual a utilidade do serviço secreto brasileiro, pois muita das vezes desconhece o potencial do país, bem como suas vulnerabilidades. Somado a isso ao desconhecimento da estrutura do Estado brasileiro e seu funcionamento, resultando em um ambiente nacional de ignorância e descaso quanto à atividade de inteligência e conseqüentemente, à Agência Brasileira de Inteligência.

Nesse contexto, a falta de interesse do povo brasileiro na atividade de inteligência resulta na falta de interesse também dos políticos quanto a atividade. A Agência Brasileira de Inteligência, que como qualquer outro órgão público, necessita de interesse político para que tenha investimentos e avanços, padece frente ao desconhecimento generalizado de sua importância.

Ai reside a raiz de todos os outros problemas que a Agência enfrenta, sejam orçamentários, legais ou organizacionais, tendo em vista que sem interesse político, em especial legislativo, não há como mudanças sejam operadas na seara da atividade de inteligência realizada no Brasil.

CONCLUSÃO

Através desta monografia foi possível avaliar os diversos aspectos que compõem a atividade de inteligência, compreender de que forma este assunto se ajusta como tema das relações internacionais e quais obstáculos a Agência Brasileira de Inteligência vem enfrentado desde sua criação na prática da atividade de inteligência de Estado do governo brasileiro.

No primeiro capítulo, aprendemos que a Atividade de inteligência consiste na obtenção, análise, processamento e difusão de informações referentes aos temas sensíveis do país, utilizadas para embasar as decisões das mais altas esferas governamentais. É uma ferramenta fundamental de segurança de Estado, capaz de impactar as fundações da sociedade e do Estado Democrático de Direito. Analisamos também de que forma a atividade de inteligência se divide e classifica.

Além disso, buscamos traçar um panorama geral das relações internacionais, seu surgimento, evolução histórica, principais características e divisões teóricas, com destaque para o paradigma realista e suas principais distinções; posteriormente destacamos a teoria neorrealista para analisar a atividade de inteligência enquanto tema de relações internacionais.

Importante destacar a visão do teórico Kenneth Waltz, para o qual apenas os Estados eram atores relevantes dentro do sistema internacional, sendo pautados principalmente pela necessidade de sobrevivência na anarquia característica do sistema internacional, regulados pelo princípio da autoajuda e pautados pelas questões de segurança.

Nesse sentido, a atividade de inteligência se destaca como capacidade do Estado dentro do sistema internacional, sendo um instrumento para uma adequada análise da conjuntura internacional e possibilitando a melhor tomada de decisão por parte das altas esferas governamentais, isso porque, segundo a teoria neorrealista, o sistema internacional está em constante estado de ameaça, motivo pelo qual se faz necessária a utilização, por parte dos Estados, de quaisquer ferramentas disponíveis para garantir sua segurança e sobrevivência.

No segundo capítulo, fizemos um apanhado histórico da evolução da atividade de inteligência junto ao aparato estatal brasileiro. Aprendemos que a atividade foi

institucionalizada em 1927, criada pelo presidente Washington Luís, através do Conselho de Defesa Nacional – CDN, que tinha como função reunir informações relevantes sobre temas referentes à defesa da pátria.

Em 1934, o presidente Getúlio Vargas promoveu mudanças no sentido de aprimorar a qualidade do serviço prestado pelo Conselho de Defesa Nacional – CDN, que posteriormente, em 1937, passou a se chamar Conselho de Segurança Nacional. Durante o governo Vargas, o órgão estava mais voltado a questões domésticas, como revoltas sindicais e vigilância de inimigos políticos do governo.

O sucessor de Vargas, o presidente Eurico Gaspar Dutra, criou o relevante Sistema Federal de Informações e Contra Informações – SFICI, órgão que carecia de estrutura e pessoal e era apenas uma formalidade administrativa. Nesse período também foi criada a Escola Superior de Guerra no Brasil. O presidente Juscelino Kubitschek quando assumiu reestruturou o órgão, dando-lhe estrutura e pessoal qualificado, manuais de procedimentos, entre outros, embora os resultados do serviço prestado ainda fossem tímidos.

Com o início do regime militar em 1964, foi criado o Sistema Nacional de Informações – SNI, órgão que era há muito tempo sonhado pelos militares do país. Durante todo o regime militar, o crescimento do Sistema Nacional de Informações foi impressionante, e a importância do órgão era estrondosa pois os serviços prestados tinham relevância em todos os níveis da administração pública.

No entanto, durante o regime militar, a atividade de inteligência era voltada principalmente para questões domésticas, como vigilância a opositores do regime e comunistas, grupos que eram vigiados, perseguidos pelo governo, sendo até mesmo torturados e mortos. Após a abertura democrática, quando a sociedade civil descobriu os crimes orquestrados pelo regime militar, com o auxílio do Sistema Nacional de Informações, a atividade de inteligência passou a ser extremamente mal vista.

Começou então um declínio da atividade, culminando na extinção do Sistema Nacional de Informações em 1991, pelo presidente Fernando Collor. A partir de então, a titularidade da atividade de inteligência passou por vários órgãos de pouca expressão e relevância.

No terceiro capítulo, analisamos a Agência Brasileira de Inteligência, desde sua criação, em 1999, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, com a função de ser o órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência, responsável por todo o processo de obtenção, análise e disseminação das informações necessárias ao processo decisório governamental do poder executivo federal, bem como pela salvaguarda de informações contra o acesso de pessoas ou órgãos não autorizados.

Uma grande preocupação na criação da ABIN foi destacar a importância do respeito dos direitos fundamentais e do Estado Democrático de Direito durante a prática da atividade de inteligência, para evitar os excessos que foram cometidos durante o regime militar e que traumatizaram a sociedade brasileira e ao mesmo tempo criar um órgão capaz de executar a inteligência civil do país com qualidade.

No entanto, desde sua criação a ABIN enfrenta diversos obstáculos na consecução dos seus objetivos: problemas como dificuldade de integração com outros órgãos que também produzem inteligência e que compõem o Sistema Brasileiro de Inteligência; a falta de comando e titularidade da atividade de inteligência como um todo; a dificuldade de organização de funções e competências tanto dentro do órgão quanto dentro do Sistema Brasileiro de Inteligência; a falta de respaldo legal que caracteriza a atividade de inteligência no Brasil; os métodos de controle da atividade de inteligência, considerados inadequados e mal utilizados; problemas orçamentários e estruturais; e por fim, a falta de cultura de inteligência no país.

O Brasil, com a quinta maior população mundial e a oitava maior economia do mundo, localizado estrategicamente e dotado de uma gigantesca faixa fronteira que conta 10 países, privilegiado também com uma inestimável e cobiçada riqueza natural e avançadas tecnologias industriais em diversas áreas que lhe concedem precedência comercial em muitos campos econômicos é passível de olhares ambiciosos de outras nações, e, embora seja um país pacífico e não envolvido em conflitos, tal circunstância pode naturalmente se modificar se assim for constrangido pelo sistema internacional.

Portanto, não se pode dispor da atividade de inteligência se o país busca ser não só ser relevante no sistema internacional, mas também defender-se dos interesses dos outros Estados, que buscam observar as fragilidades do país para tirá-lhes proveito.

É fundamental que a discussão sobre a atividade de inteligência passe a fazer parte do debate nacional, junto a questões fundamentais de segurança, pois a atividade de inteligência é atualmente a forma mais eficaz de lidar com as novas ameaças transnacionais como terrorismo, tráfico de drogas, lavagem de dinheiro, que assolam o Brasil e os outros países. Apenas através do debate público culminado em interesse político será possível a transformação dos obstáculos que se postam em estruturas positivas para prática da atividade de inteligência no Brasil.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Priscila. Controle da Atividade de inteligência no Brasil: legitimidade e eficiência enquanto desafio institucional / Latin American Studies Association XXV International Congress - October 07 – 09, 2004 Las Vegas, Nevada – USA

AZEVEDO, Daniel Lorenz de. “Atividade de inteligência na Prevenção do Crime Organizado”, painel do Seminário Atividades de Inteligência no Brasil: Contribuições para a Soberania e a Democracia, realizado em Brasília, entre 6 e 7 de novembro de 2002.

BRASIL, ABIN Agência Brasileira de Inteligência. Breve histórico da Atividade de Inteligência no Brasil. Disponível em Acesso em: 01 mar. 2018.

CASTRO, Thales. Teoria das relações internacionais / Thales Castro. – Brasília: FUNAG, 2012.

_____. Congresso. Senado. Lei 4.341, de 1964, Cria o Sistema Nacional de Informações. Brasília: Senado Federal, 1964.

_____. Congresso. Senado. Lei 9.883, de 1999, Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Brasília: Senado Federal, 1988, 292p

DA COSTA, Rafael Araújo - ABIN: da informação à inteligência. A evolução do serviço de inteligência brasileiro e sua importância na proteção do estado / Rafael Araújo da Costa - UNIEURO, Brasília, número 5, 2010.

FIGUEIREDO, Lucas. Ministério do Silêncio – A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005). Rio de Janeiro: Record, 2005.

GONÇALVES, Joanisval Brito: *sed quis custodiet ipso custodes? O controle da atividade de inteligência em regimes democráticos: os casos de Brasil e Canadá* – Brasília: UNB, 2008.

GONÇALVES, Joanisval Brito. *O Que Fazer Com Nossos Espiões? Considerações Sobre A Atividade De Inteligência No Brasil*. Agenda legislativa, 2011, cap. 12, Brasília. P 1-25.

LANGE, Wellington. *A Atividade de Inteligência e sua atuação no âmbito das Relações Internacionais* / Wellington da Costa Lange - Univ. Rel. Int., Brasília, v. 5, n. 1/2, p. 125-141, jan./dez. 2007.

LERNER, Brenda and K. Lee – *Encyclopedia of Espionage, Intelligence, and Security* / Brenda Lerner and K. Lee Lerner – US: Gale, 2004.

MORGENTHAU, Hans. *A política entre as nações*. Tradução de Oswaldo Biato. Brasília: Editora Universidade de Brasília/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003.

WALTZ, Kenneth. *O homem. O estado e a Guerra: uma análise teórica* / Tradução: Adail Ubirajara Sobral. Revisão da Tradução Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WALTZ, Kenneth. *Teoria das Relações Internacionais*. Tradução de Maria Luísa Felgueiras Gayo. Lisboa: Gradiva, 2002.